Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 27**

II Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 17 de outubro de 2024**

Presidente: *Deputado Luís Garcia, substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Joaquim Machado*

Secretários: *Deputado Paulo Gomes, substituído no decorrer da sessão pela Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça.*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 01 minutos.

Sumário

Após a chamada dos Srs. Deputados deu-se início ao debate e votação do **Projeto de Resolução n.º 15/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as: José Pacheco *(CH)*, José Toste *(PS)*, Pedro Neves *(PAN)*, António Lima *(BE)*, Nuno Barata *(IL)*, João Bruto da Costa *(PSD)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)* e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão).*

O Projeto de Resolução n.º 15/XIII, foi aprovado por maioria.

Posteriormente, foi debatida a **Petição n.º 61/XII – "Proteção do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP)", apresentada por Jorge Fernando Leal Gonçalves na qualidade de primeiro subscritor.**

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as: Luís Soares *(PSD)*, Salomé Matos *(PSD)*, Mário Tomé *(PS)*, Nuno Barata *(IL)*, José Sousa *(CH)*, António Lima *(BE)* e Pedro Pinto *(CDS-PP).*

De seguida foi debatida a **Petição n.º 62/XII – "Áreas Marinhas Protegidas dos Açores - Implementação Urgente", apresentada por José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo na qualidade de primeiro subscritor.**

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as: Luís Soares *(PSD*), Joana Pombo Tavares *(PS)*, Salomé Matos *(PSD)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)*, António Lima *(BE) e* Nuno Barata *(IL)*

Prosseguiu-se com o debate e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores", apresentada pelo Governo Regional dos Açores.**

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as: Mário Tomé *(PS)*, Nuno Barata *(IL)*, Francisco Lima *(CH)*, Salomé Matos *(PSD)*, António Lima *(BE)*, Pedro Neves *(PAN)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)*, Andreia Cardoso *(PS)*, José Pacheco *(CH)*, João Mendonça *(PPM)*, Joana Pombo Tavares *(PS)*, Carlos Silva *(PS)*, João Bruto da Costa *(PSD)*, José Ávila *(PS)*, o Sr. Secretário Regional do Mar e

Pescas *(Mário Pinho)* e o Sr. Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro).*

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII foi aprovada na Votação final global por maioria.

De seguida deu-se o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII – "Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores", apresentada pelo Governo Regional dos Açores.**

Usaram da palavra os/as Srs./as. Deputados/as: Nuno Barata *(IL)*, Olivéria Santos *(CH)*, Patrícia Miranda *(PS) e o Sr.* Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura).*

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais. Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Partido Social Democrata *(PSD)*

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**
Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**
Cecília Maria Soares **Estácio**
Délia Maria **Melo**
Flávio da Silva **Soares**
Francisco Manuel Raposo **Gaspar**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista *(PS)*

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CHEGA *(CH)*

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular *(CDS/PP)*

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Partido Popular Monárquico *(PPM)*

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda *(BE)*

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal *(IL)*

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados o que significa que temos quórum, declaro aberto a Sessão, pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com o ponto 6 da nossa agenda - **Projeto de Resolução n.º 15/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença**", é uma iniciativa apresentada pelo CHEGA, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.
(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.
O CHEGA traz a esta Assembleia aquilo que é a nossa competência, fazer diferente, não basta dizer que tem que ser diferente, temos que fazer diferente, e, fazer diferente é ouvir as pessoas.
A autonomia deu-nos esta Casa, deu-nos a capacidade de poder decidir na nossa Terra de forma diferente, corrigir as injustiças, corrigir os erros. Nós não podemos virar as costas às pessoas que estão lá fora e que nos dizem constantemente que existe uma injustiça social, que existe quem se levante de manhã para trabalhar e quem não queira ou não tenha esta obrigação de se levantar de manhã para trabalhar. E muitos são os mecanismos, muitos são os mecanismos que fazem com que estas pessoas consigam se incluir em algo que em teoria podia ser bom, mas que na prática é um dos maiores "cancros" sociais. E não somos nós que o dizemos, o CHEGA traz à Assembleia, pela voz da população, pela voz do povo.

Tanto é verdade que hoje nós sentimos a falta de mão de obra, tanto é verdade que nós sentimos a falta daqueles que estão empregados e neste Diploma falamos nisto tudo.

O Rendimento Mínimo Garantido, o rendimento, o RSI, como lhe queiram chamar, aquilo que nós quisermos chamar, é um erro e o CHEGA volta a assumir, nós temos que acabar com o RSI, nós não podemos continuar a ter um programa de apoio social que a coisa que está a fazer é cavar um fosso entre quem trabalha e quem não quer trabalhar. Perguntem aos empresários onde está a mão de obra, perguntem aos empresários se querem empregar essa terceira geração, perguntem-lhes!

Perguntem aos empresários onde é que está parte dos trabalhadores que eles têm, com as fraudes que nós vamos vendo. E quem são os culpados? Somos nós os culpados, nós temos obrigação nesta Casa de corrigir esta trajetória, sim há pessoas que precisam, sim é verdade e estas têm que estar sempre protegidas, mas meus amigos, açorianos, Sras. e Srs. Deputados não é pondo dentro do mesmo saco que nós vamos proteger aqueles que mais precisam, até porque o CHEGA tem a convicção que estes são sempre os últimos da fila.

Vejamos as injustiças que se criaram, as injustiças para o bom povo açoriano, já conseguimos corrigir uma parte, o acesso às creches, quem tinha acesso às creches? Os tais do costume, os que se calhar menos precisavam, e, eu li e vi milhares de argumentos, milhares, vindo daqueles que aqui estão, mas na rua a realidade era outra.

Fazer diferente é pensar diferente, fazer diferente é ouvir as pessoas, nós não podemos aceitar que os contribuintes continuem a pagar aqueles que não querem trabalhar por opção, nós não podemos pagar agendas de pessoas que acham que o mundo tem que ser cor-de-rosa, que o mundo tem que ser o Estado a pagar, mas quem é o Estado? Os açorianos sabem quem é o Estado, é aquele que paga muitos impostos, aquele que trabalha.

Nós temos que acabar com isto uma vez por todas, e, o fazer diferente é isto.

É verdade que muitas destas pessoas, e, já vamos numa terceira geração, já não têm habilitações, já não têm competências, é verdade que é preciso apostar na formação profissional, dar-lhes competências, a pergunta que eu faço, eles querem? Os Srs. perguntaram? E o que é que nos trouxe aqui?

Era o argumento de que muitas destas pessoas andavam à procura de emprego, três em cada quatro, três em cada quatro não estão inscritos nos centros de emprego e poupem-nos as desculpas, poupem-nos os argumentos, porque se arranja tudo e mais alguma coisa para não se estar inscrito no centro de emprego, se não é uma baixa fraudulenta é uma razão qualquer. Quem quer trabalhar vocês não ouvem a voz deles, quem quer trabalhar vai à procura, encaixa-se, amanha-se, como nós dizemos muitas vezes, porque quem precisa também tem que se sujeitar.

Nós não podemos aceitar uma sociedade que, eu escolho o emprego que quero mesmo que não tenha as competências, até nós, os Deputados, temos que passar por um processo de seleção dentro dos nossos partidos e pelo escrutinio do povo através das urnas, através dos votos.

Afinal nós queremos trabalhadores ou queremos ter apenas patrões?

E o que nós vemos é isto, nós temos que combater esta fraude, são muitas as denúncias das fraudes também das baixas médicas, como pode um médico passar uma baixa psiquiátrica por telefone, como é possível? Como é possível?

E quando nós confrontamos a Ordem dos Médicos com esta realidade a resposta é: nós não temos denúncias, eu penso que uma Ordem tem a obrigação de fiscalizar como nós temos a obrigação de fiscalizar a nossa classe, esta não é desculpa para nada, não pode haver continuamente baixas psiquiátricas dadas por telefone, não pode haver!

Nós temos que começar a limitar isso, nós temos que endireitar a nossa sociedade, nós temos que criar equilíbrio, nós temos 600 anos de história, esta

Terra não foi feita com malandragem, esta Terra foi feita à força do trabalho, é verdade que há os ricos e é verdade que há os pobres e é verdade que há os remediados, esta é uma realidade social que nós temos que combater, atirar dinheiro para cima dos problemas, como foi o RSI é que é um erro grave, já era um erro grave e nós hoje comprovámos, hoje a fatura bateu-nos à porta, hoje a fatura deste erro gravíssimo desta gente, da esquerda, bateu-nos à porta, hoje não há mão de obra, hoje há fraudes, hoje há um descontentamento social no meio do povo açoriano.

Nós sabemos que é geral em todo o país, mas eu preocupo-me é com a minha Terra, a Terra que eu fui eleito.

Nós temos que corrigir isto, os argumentos de nada servem, os meadros técnico-políticos de nada servem, perguntem às pessoas na rua, saiam dos vossos gabinetes e perguntem o que é que eles acham sobre isso, a maioria das pessoas vai-vos dizer isto está errado, eu estou a trabalhar para eles.

E mais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, que Terra é nossa que quem sai para trabalhar é gozado por aqueles que estão no café e não querem trabalhar? Que Terra é esta que temos que contar os tostões para comprar as sapatilhas para o nosso filho e há uns com a maior das facilidades compram das melhores e da melhor marca, que Terra é esta?

Há que fazer isto urgentemente, nós temos que criar equilíbrios, sim, salvaguardar quem precisa, há deficientes que não estão a receber dignamente aquilo que deviam receber, há idosos, e, vocês sabem o quanto o CHEGA tem lutado por isso, que recebem uma pensão miserável e gente com, perdoem-me a expressão, “bom lombo” para trabalhar vai receber um ordenado melhor que estas pessoas que tanto necessitam, isto não pode continuar assim e aqui estamos para corrigir isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. Não havendo inscrições passamos à votação.

Vamos então votar este Projeto de Resolução, vamos votar o Projeto de Resolução que "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 votos do CDS, 5 votos a favor do CHEGA e 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do PAN, 22 votos contra do PS, 1 do Bloco de Esquerda…vou repetir…

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário bem que se esforçou, mas não conseguiu, com a vossa boa disposição, digamos assim. Vamos repetir o resultado da votação, Sr. Secretário faça favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente. O Projeto de Resolução foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 2 votos a favor do CDS, 5 votos a favor do CHEGA, 1 voto a favor da IL, 1 abstenção do PAN, 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 votos contra do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista votou contra esta proposta de resolução e não interviu no debate, uma vez que, o Sr. Deputado do CHEGA, daquela tribuna, afirmou, estou a justificar o motivo e a posição de voto do Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado nas declarações de voto não pode interpelar as outras…

O Orador: … não estou a interpelar.

Presidente: Faça favor.

Eu não vou permitir que se faça das declarações de voto o debate que não foi feito.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: O Partido Socialista vota contra esta iniciativa do CHEGA e assim manifesta a sua posição contra aquilo que é aqui proposto.

Foi afirmado que não eram necessários argumentos, que isto não era passível de discussão…,

(Risos dos Deputados da bancada do CH)

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi)* - O senhor podia ter debatido isso tudo.

O Orador: … e, por isso mesmo nós não discutimos, mas manifestamos a nossa posição contra. E, a nossa posição contra prende-se com o seguinte: a resolução que foi aqui apresentada comporta no seu ponto 1 e 2 ilegalidades, ou seja, é recomendado ao Governo que tenha uma ação ilegal em relação àquilo que são os regimes do Rendimento Social de Inserção, do Subsídio de Desemprego e das Baixas por Doença, e, em relação aos demais pontos é recomendado apenas que seja cumprida a lei.

E o Partido Socialista ainda é um partido institucionalista…

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Ainda!

O Orador: … e como é um partido institucionalista, considera que o que aqui foi aprovado, com os votos das demais bancadas, significa uma acusação infundada ao Governo de incumprimento da lei, porque se é necessário esta Assembleia recomendar ao Governo que cumpra a lei, o que tem pressuposto é que o Governo incumpre a lei e foi afirmado em Comissão por parte das Sras. Secretárias, que o governo cumpre a lei, e, portanto, se o Governo cumpre a lei é totalmente irrelevante recomendar ao Governo que a cumpra. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional, para uma interpelação tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O Governo até se indigna quando nós o elogiamos, é impressionante!

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, faço esta interpelação em relação à condução dos trabalhos. Eu quero solicitar-lhe a seguinte resposta que é, se o Governo, em primeiro lugar, pode falar, pode tomar a palavra no âmbito de uma declaração de voto e em segundo lugar também, uma vez que foram feitas referências ao Governo, se é, no âmbito das declarações de voto, se é permitido de acordo com as normas regimentais em vigor interpelar outras bancadas nomeadamente o Governo Regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional, tem razão, o Governo não pode falar e não pode ser interpelado à semelhança das outras bancadas. Sr. Deputado José Pacheco para uma declaração de voto.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começaria, eu peço desculpa por fazer isso, um pedido de desculpa à Sra. Secretária Regional, que esteve à pressa para cá chegar e afinal não teve trabalho nenhum.

Com alguma satisfação vejo, que aprovamos isto, aquilo que o povo diz na rua, o povo diz na rua, "é pô-los a trabalhar", e, isto já estava na lei, nunca foi cumprido porque alguém camuflou a lei, finalmente nós estamos a pôr aqui a verdade, …

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso sim, é interpelar!

O Orador: … estamos a repor a verdade, os Açores não é uma Terra de gente malandra, os Açores são uma terra de pessoas que trabalham, não vai ser nenhuma canhota que vai dizer ao povo açoriano que podem ganhar dinheiro sem trabalhar. Com muita satisfação o CHEGA trouxe, o CHEGA aprovou e agradeço a quem o aprovou, porque está do lado da verdade, quem não aprovou não está do lado da verdade.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Indigna-se com alguém que elogiou o Governo e que diz que o Governo está a cumprir!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Na sua génese, obviamente, que o PAN é a favor daquilo que é pretendido pelo CHEGA, relativamente a tudo o que é fraude, seja fraude do Rendimento Social de Inserção, do Subsídio de Desemprego e mais ainda especificamente o Subsídio de Doença que é um problema que agora nos assiste e de forma bastante premente.

Eu estava à espera, obviamente, de uma discussão, eu também fui o culpado, obviamente, e, não tive essa discussão, mas eu olhando para, obviamente, a exposição de motivos, a nota introdutória da parte do CHEGA, estive com receio

que fosse virado mais para o Rendimento Social de Inserção e daquela cegueira do CHEGA em tentar acabar o mais rapidamente possível, mesmo com as pessoas que necessitam e não houve esse debate, por isso tive esse receio, por isso é que eu abstive-me e não votei nem a favor nem contra, porque não houve esse debate para termos mais um debate, extremado ou não, ou diplomático, relativamente àquilo que é uma fraude e que, obviamente, ninguém é a favor. Obrigado

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda votou contra este projeto de resolução da iniciativa do CHEGA, porque sabemos, acreditamos, que a administração pública e o Governo Regional, este e outros, e, sim, cito o Governo Regional, porque esta proposta implica a aplicação de uma lei que é aplicada pelo Governo, o Governo Regional, este e outros, não camuflou a lei.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor é contra que se cumpra a lei!

O Orador: O Governo assumiu em Comissão e acredito na palavra do Diretor Regional e da Presidente do Instituto de Segurança Social que cumprem a lei no que respeita ao RSI e ao subsídio de desemprego.

Ora cumprindo a lei não há motivo para recomendar que se cumpra a lei.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* O senhor devia ter dito isso no debate!

O Orador: E muito menos há motivo para recomendar que a administração pública cometa ilegalidades, que é isso que essa proposta recomenda, que se cometam ilegalidades.

E, algo neste, para além de todas as falsidades que estão no preâmbulo deste diploma, percebe-se bem qual é a sua intenção, a intenção escrita neste diploma,

no preâmbulo deste diploma está revelada num dos seus parágrafos em que se diz: "pese embora a redução deste tipo de prestação e que se deveu sobretudo à pressão exercida pelo CHEGA certo é que a fiscalização da atribuição do RSI continua a ser absolutamente insuficiente".

Este diploma é uma forma de pressionar o Governo a não cumprir com a lei,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Onde isto já vai!

O Orador: … a não cumprir com a lei, é uma forma de tentar retirar pessoas do RSI de forma administrativa, é uma forma de perseguir pessoas, e, resulta de uma obsessão que o preponente tem com os mais pobres…

Deputado José Pacheco (*CH*): Não são os mais pobres, são os malandros!

O Orador: … e que se traduz nos beneficiários do RSI. Uma obsessão que nos Açores tem esse alvo, porque há quem tenha que construir um inimigo…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Finalmente encontrou o espelho! Não encontra o espelho para outras coisas, mas para isso encontrou!

O Orador: … para sobreviver e crescer politicamente, e, esse inimigo é o mais frágil da sociedade, esse inimigo é o mais frágil da sociedade, nos Açores são os beneficiários do RSI a nível nacional são os emigrantes e nós não compactuamos com isso, nós combatemos essa política e estamos do lado certo da história, mas há quem não esteja e o resultado desta votação assim o demonstra.

Estamos do lado certo da história, do lado do humanismo, do lado do respeito pela vida humana, pela dignidade humana.

Deputado José Pacheco (*CH*) - Dignidade humana é levantar-se da cama para trabalhar.

O Orador: Nós estamos do lado certo da história e a história julgará.

Os deputados José Pacheco, Francisco Lima e José Sousa saíram da bancada.

O Orador: E termino citando um texto de um Pastor Luterano que esteve num campo de concentração e popularizado por um poema de *Bertolt Brecht*: "*Primeiro levaram os comunistas e eu calei-me porque não era comunista, depois levaram os sindicalistas, e eu calei-me porque não era sindicalista, depois levaram os sociais democratas, porque não era social democrata, quando levaram os judeus não protestei, porque não era judeu, quando me levaram já não havia quem protestasse*."

Meus Srs. reflitamos sobre isto, porque hoje são os beneficiários do RSI que são perseguidos, que são alvo das mais vis mentiras dia a dia nesta Região, amanhã serão outros não temos dúvidas disso. Por isso nós não compactuamos com este tipo de proposta nem muito menos com esse tipo de política, se há quem compactue tem que pôr a mão na consciência e perceber que para manter o poder não vale tudo.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Eu voltei para te ouvir!

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Votamos favoravelmente esse projeto de resolução que aqui nos foi trazido hoje pelo proponente, não obstante de escudarmos de quase 100 % das suas notas perambulares.

No entanto, convenhamos, os pontos resolutivos mais não fazem do que recomendar ao Governo que cumpra com aquilo que está na lei, e, desse ponto de vista o Parlamento dos Açores tem obrigações, tem obrigações de fiscalização perante o Governo Regional e tem obrigações de fazer o Governo Regional cumprir com aquilo que está na lei. Não quero com isso dizer que o Governo não cumpre, quem o disse foi o proponente. E, num dos seus pontos resolutivos, inclusivamente o proponente, ressalva aqueles casos em que claramente é

necessária a aplicação destes mecanismos de proteção social, que todos sabemos na Região Autónoma dos Açores, até por resposta do Governo a um requerimento, a um extensíssimo requerimento e uma extensíssima resposta do Governo a esse requerimento do mesmo proponente, fica claro que a maioria dos beneficiários do RSI nos Açores são crianças abaixo dos 18 anos e idosos acima dos 65 anos.

Deputado José Pacheco *(CH):* Isso é mentira! 2 %!

O Orador: E como tal, não podemos deixar de acompanhar estes pontos resolutivos, na medida em que, consideramos fundamental, e, aliás, é uma luta que tenho há muitos anos, que se proceda a uma maior fiscalização destes mecanismos de proteção social, de forma que não permaneçam na sociedade açoriana, nem suspeições, nem abusos em relação a estes mecanismos fundamentais para o desenvolvimento humano da nossa sociedade. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD aprovou esta resolução do CHEGA, relativamente à necessidade de haver critério e fiscalização sobre estes três instrumentos, nomeadamente o RSI, Subsídio de Desemprego e Subsídios por Doença, porque ela mais não faz, e, não obstante a forma com que cada um tem de se expressar ou de revelar a sua abordagem relativamente a este tema, esta resolução que é aquilo que aprovámos, mais não faz também do que sinalizar a necessidade de se continuar um trabalho de cumprimento daquilo que é a lei sobre a atribuição destes subsídios.

Nós nos últimos anos temos sinalizado esta necessidade, porque ela de facto vem ao encontro daquilo que é o bom uso dos dinheiros públicos, mas também justiça

social que deve ser dada àqueles que realmente necessitam de um apoio para combaterem a sua situação de pobreza e de baixo rendimentos.

E, isso levou a que nos últimos anos através de um trabalho mais assertivo e atento, relativamente aos beneficiários do RSI, nós tivéssemos já uma redução de beneficiários na ordem perto dos 50 %. Isso leva-nos a entender que esta resolução faz sentido, no sentido de que sinaliza este trabalho que está a ser feito, porque o que nós tínhamos no passado e há cerca de quatro anos eram mais ou menos 18 mil beneficiários e o Rendimento Social de Inserção médio, se não estou em erro, era na ordem dos 70 ou 80 euros, o que nós temos agora são cerca de 7 mil beneficiários com um subsídio, Rendimento Social médio de 300 euros…

Deputado António Lima (*BE*) - Por beneficiário?

O Orador: …, ou seja, nós estamos a apoiar quem efetivamente precisa, são 323,50 por família, peço desculpa, por família. E nós estamos a apoiar quem efetivamente precisa numa lógica de aumento de rendimento dos açorianos que queremos como combate aos baixos rendimentos que eram, enfim, uma tradição nos Açores nos últimos anos em que este Rendimento Social de Inserção foi implementado.

Porque nós durante muitos anos nos Açores, o RSI era visto numa lógica de Rendimento Mínimo, mas de um ponto de vista político, numa lógica de voto mínimo garantido, e, nós quisemos e lutámos muito durante muitos anos para que nos Açores acabasse esta lógica de que o RSI era uma esmola…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Então agora? A advertência

O Orador: … que era uma esmola que se dava a alguém para garantir em troco desse espécie de favor um voto, e, essa lógica tinha que acabar nos Açores, por uma questão de justiça social, mas por uma questão de acudir a quem mais necessita deste apoio. E esta resolução nos seus pontos resolutivos que mais não faz, repito, do que elencar a necessidade de cumprimento da lei, que também se

diga de passagem, Sr. Presidente, é importante, e, ficou explícito nesta resolução, e, por isso também votámos a favor, é importante que também todos saibam, para acabar com essa forma de olhar para a redução dos beneficiários do RSI nos Açores como algo que aparenta ser mau, não é, é bom, é que esta lei é uma lei da República, não houve qualquer alteração da lei por parte deste Governo Regional da coligação ou por parte desta coligação, que retire apoio a ninguém, que venha retirar a quem necessita, que venha cortar Rendimento Mínimo ou Rendimento Social de Inserção, a lei é a mesma só que está a ser aplicada. E nós votamos a favor, porque esta resolução reforça o trabalho que está a ser feito em termos da necessidade de a lei servir para apoiar quem necessita e não para garantir apoios eleitorais como era noutro tempo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** *(CDS-PP):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente esta iniciativa porque, primeiro ela versa sobre aquilo que a própria lei já o prevê, mas alertando para temáticas importantes, a iniciativa tem três vertentes, quer o Rendimento Social de Inserção, Subsídio de Desemprego e o Subsídio de Doença e alerta para temáticas importantes como as atividades socialmente úteis.

E a verdade é que votámos a favor exatamente porque também foi gerado por via desta iniciativa essa discussão e estas atividades socialmente úteis, neste caso em particular, que podem eventualmente ser potencializadas, promovidas, melhorando os canais de comunicação para que também seja um mecanismo de

melhorar também aquela que é a formação, a integração destes beneficiários na sociedade, e, por isso votámos a favor desta iniciativa, podemos ter as nossas divergências quanto à abordagem desta temática mas o Grupo Parlamentar do CDS defende e continua a defender, que este mecanismo de apoio social deve apoiar aqueles que precisam, aqueles que estão numa situação de vulnerabilidade e é isso que defendíamos no passado é isso que defendemos hoje.

E esta iniciativa que foi aqui votada e aprovada versa exatamente sobre essa legislação que está prevista, reforçando também aquilo que tem sido desenvolvido por parte do Governo Regional e alertando também para estas temáticas que são importantes, são importantes, como disse anteriormente, para que estes próprios beneficiários sejam mais bem integrados na nossa sociedade para que também tenham um futuro melhor.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Encerramos assim o ponto 6 da nossa agenda, o ponto 7 já foi apreciado ontem, o ponto 8 também já foi debatido e votado, avançamos para o ponto 9 - **Petição n.º 61/XII – "Proteção do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP)", apresentada por Jorge Fernando Leal Gonçalves na qualidade de primeiro subscritor**, vamos iniciar essa apreciação com a apresentação do relatório, tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado Luís Soares.

Deputado Luís Soares *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relatório e parecer da Petição n.º 61/XII – "Proteção do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP)", exigindo mais tempo para análise do

impacto socioeconómico da proposta na 2.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)".

A 11 de outubro de 2023 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, subscrita por 1765 cidadãos com correta identificação, cujo primeiro signatário é o Sr. Jorge Fernando Leal Gonçalves.

A mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para relato e emissão de parecer por se tratar de matéria da competência desta.

Finda a XII legislatura e considerando que a tramitação processual da petição em análise não se encontrava concluída a mesma transitou para a XIII legislatura conforme expõe o art.º 25.º da lei 43/90 de 10 de agosto na sua atual redação.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, procedeu à apreciação da sua admissibilidade e deliberou admiti-la por unanimidade em reunião ocorrida a 30 de novembro de 2023, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar «um estudo de impacto socioeconómico no setor das pescas pela implementação das áreas marinhas protegidas.», acrescentam ainda os subscritores: «Exigimos um plano de monitorização e fiscalização para as áreas que se pretende proteger. Exigimos um plano de gestão para o esforço de pesca que ficará limitado a menos espaço com tendência a aumentar. Exigimos uma estratégia de restruturação do setor. Um plano que envolva abates de embarcações e de artes de pesca, que envolva reorientação profissional ou a criação de rendimento complementar ou alternativo à pesca. Exigimos um estudo sobre o impacto social e económico desta medida na comunidade piscatória e na fileira da pesca.»

Neste contexto, fundamentam referindo que «A percentagem de área imposta e a pressa na implementação de AMPs está a provocar uma enorme pressão, desconforto, desencorajamento ao investimento de comerciantes e investidores, e instabilidade junto dos pescadores açorianos que temem pelo encerramento da sua fonte de rendimento».

Os Peticionários, no documento entregue, finalizam discordando do «resultado do processo do programa Blue Azores, designado de "participativo", uma vez que não tiveram em consideração as necessidades, sugestões e alterações propostas pelo setor das pescas» e exigem o parecer do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores (IMAR/OKEANOS)».

Na reunião da Comissão, ocorrida a 30 de novembro de 2023, esta deliberou ouvir, presencialmente ou com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da Petição, Jorge Fernando Leal Gonçalves, o OKEANOS – instituto de Investigação de Ciências do Mar, Professora Doutora Helena Calado, Associação de Operadores Marítimos dos Açores (AOMA), Associação de Pesca Lúdica dos Açores, Associação Pão do Mar, Associação de Comerciantes do Pescado dos Açores, a Fundação Oceano Azul e o membro do Governo Regional com competência na matéria.

Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos às associações de carácter ambiental e marinho da Região, os quais se encontram anexos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 61/XII, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por maioria, as seguintes conclusões:

1. A Petição foi devidamente subscrita por 1765 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

2. Os oceanos estão no centro do enorme desafio ambiental que a Humanidade enfrenta. É urgente encontrar o equilibro que nos permita a implementação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas numa relação simbiótica de sustentabilidades, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e sustentabilidade económica;

3. As pretensões dos peticionários têm origem, na intenção expressa do Governo Regional dos Açores em antecipar a meta de 2030, definida pela União Europeia para implantação da Rede de áreas ares marinhas protegidas. Preocupa os profissionais do sector extrativo, distribuição e indústria, que a implementação a Rede de Áreas Marinhas Protegidas de forma apressada possa não acautele a sustentabilidade económica e social, estando apenas focada na sustentabilidade ambiental;

4. Resumidamente, das audições resulta o seguinte:

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são um dos instrumentos mais eficazes para a proteção e recuperação da vida marinha, visando a preservação e o uso sustentável de recursos naturais com benefícios para as populações marinhas e para a economia.

Em 2019, o OKEANOS foi convidado pelo programa Blue Azores e pelo Governo Regional a produzir um relatório técnico científico que ajudasse a identificar as áreas prioritárias para a expansão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores bem como os objetivos de gestão e de conservação que se pretendia atingir no futuro e que pudessem, de certa forma, guiar a análise científica da identificação das áreas prioritárias para se identificarem estes objetivos de gestão e de conservação.

A sobre-exploração dos recursos, a poluição na biosfera, a degradação dos habitats e as alterações climáticas constituem ameaças à biodiversidade e aos ambientes marinhos.

Todos os intervenientes ouvidos no âmbito das audições tem plena consciência do dever de proteger e conservar os oceanos e da exploração sustentável.

As políticas nacionais e internacionais estabeleceram metas para atingir 30% de proteção até 2030, sendo que destas cerca de 15% ficarão totalmente protegidas (sem atividades extrativas), o que em conjunto com toda a informação científica desenvolvida nas últimas décadas pela UAç constituiu uma importante e sólida base de suporte para o processo de definição das novas áreas marinhas protegidas e de gestão sustentável dos recursos da Região.

Assim, das audições e pareceres obtidos, podemos em jeito de conclusão afirmar que

todos os intervenientes a quem foi solicitada a intervenção sobre este processo em forma de petição, tem um conhecimento absolutamente extraordinário sobre a matéria objeto de análise, de tal ordem que se torna difícil para os decisores políticos perceber quando os pronúncios são racionais ou apaixonados, não sendo de descartar nenhuma das duas possibilidades.

Parece numa primeira abordagem e, é do conhecimento comum que os oceanos estão contaminados com culpas evidente para ação humana, que os recursos marinhos estão a ficar escaços e que é preciso fazer algo para tentar inverter esta tendência. É sabido hoje que uma grande parte da biodiversidade do planeta se encontra nos oceanos, razão pela qual é fundamental reforçar a aposta na investigação científica

dos recursos marinhos e, ao mesmo tempo, fazer um esforço para garantir a sua conservação para as gerações futuras.

Há boas razões para acreditar e trabalhar na construção de um futuro melhor e neste objetivo todos os intervenientes são unanimes.

O Mar, para os açorianos, compõe uma realidade ubíqua, que desde sempre moldou a sua história, a sua cultura, o seu carácter e temperamento. E não serão necessários dons de adivinhação para saber que será também o Mar a determinar o futuro, o nível de prosperidade e o lugar e a relevância que a Região terá no mundo. Para os Açores, o Mar tem verdadeiramente natureza existencial;

5. Os Pescadores concordam com a necessidade de implementar as Áreas Marinhas

Protegidas. Todavia, temem que cerca de 7 mil dependentes da fileira da Pesca percam rendimento, sem a respetiva compensação. O setor comercial das pescas defende a implementação de medidas concretas: estruturação do setor, estudo socioeconómico, redução do esforço de pesca por via de abates de embarcações e de artes de pesca mais predadoras, aumento da fiscalização e plano de gestão do esforço de pesca bem como a continuidade de outras medidas já implementadas por forma a garantir a sustentabilidade socioeconómica do setor;

6. Os comerciantes preveem problemas no abastecimento do mercado local, assim como redução das exportações. Os industriais, por seu lado, temem a redução da matéria-prima. Ambos referem como implicação o aumento das importações e a consequente maior dependência do exterior;

7. Em sede de audição, o Governo Regional e a própria Blue Azores afirmaram a necessidade de avançar já com estas áreas e que nem todas elas têm de ser consensualizadas;

8. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Relator, Sr. Deputado Luís Soares. Vamos abrir as inscrições. Está inscrita a Sra. Deputada Salomé Matos a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos** *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD cumprimento todos os 1765 subscritores desta petição, na pessoa do Sr. Jorge Fernando Leal Gonçalves, que aqui hoje também nos honra com a sua presença e lembrando que iniciativas como estas, bem como, a própria presença deste cidadão, são de facto um importante contributo para uma sociedade dinâmica, ativa e mais próxima dos representantes eleitos.

Esta petição uma das duas que apreciamos ao longo dos últimos meses sobre a temática das Áreas Marinhas Protegidas, mostram bem aquela que é a pertinência do tema e aquele que é o envolvimento da sociedade civil nesta matéria, que nos preocupa a nós no presente com vista a garantir um futuro.

Trata-se e citando as palavras do primeiro peticionário aquando, quer da audição, quer do texto que que ele subscreve, de que, trata-se da defesa de uma causa em prol de uma luta que obviamente tem tudo a ver com o futuro da pesca e de todos os profissionais que direta ou indiretamente da pesca dependem. Os Açores e as suas populações mantiveram desde sempre viva a sua ligação privilegiada ao mar, os peticionários comungam do objetivo de proteção do mar dos Açores assumido pelos Governos dos Açores desde 2019 sem contudo deixarem de mostrar a sua preocupação com a sustentabilidade socioeconómica da utilização do espaço marítimo de forma a garantir que os proveitos futuros deste investimento possam beneficiar em primeiro lugar as populações que habitam e as que habitarão no arquipélago dirigindo obviamente a sua atenção principal ao setor das pescas.

Este é um setor que se reveste de uma importância estratégica, desempenha um papel fundamental ao nível da coesão social e económica da Região, garante emprego, fomenta a atividade económica e efetivamente nalgumas zonas da Região compreende aquela que é a principal atividade laboral, o que acentua também, por outro lado, aquela que é uma potencial ameaça de insuficiência de recursos, resultado de sobrepesca que tem-se vindo a assistir.

A pretensão de um estudo de impacto socioeconómico na comunidade piscatória e na fileira da pesca resultado da implementação das Áreas Marinhas Protegidas que é reivindicada pelos peticionários, deve apostar em três dimensões complementares que este Governo de coligação, desde cedo, incluiu também nos seus programas de Governo, uma dimensão ambiental materializada na proteção e conservação dos recursos pesqueiros e uma dimensão social acautelando o sustento digno para os profissionais da pesca e uma dimensão não menos importante económica promovendo a rentabilidade económica das pescarias.

Reconhecem-se como válidas aquelas que são as preocupações dos peticionários, ainda assim importa encontrar um ponto de equilíbrio e conjugação de esforços sendo certo que a decisão de consagrar 30 % do espaço marítimo dos Açores a uma nova Rede de Áreas Marinhas Protegidas resulta em boa parte de caber neste momento ainda à Região Autónoma dos Açores a iniciativa de poder propor as suas áreas marinhas lembrando que ainda recentemente o anterior Governo da República tentou religar a Região um papel meramente consultivo e não vinculativo, e, portanto, correndo sérios risco de, o Governo da República vir a aprovar aqueles que sejam usados de classificação das Áreas Marinhas Protegidas, resultando dos procedimentos previamente desenvolvidos pelas regiões autónomas, mas sobre as quais no final do processo não aprovariam.

A monitorização a fiscalização para as Áreas Marinhas Protegidas no âmbito desta petição também revestem-se de importância e efetivamente elas só cumprirão o seu objetivo se forem efetivamente fiscalizadas.

O Governo Regional já assumiu por diversas vezes esta preocupação, ainda esta semana por ocasião de um outro debate foi aqui assumido que nesta matéria o Governo Regional não recuará e ouvimos a confirmação da celebração de um protocolo de cooperação com a Marinha e com a Autoridade Marítima Nacional aplicável à Região Autónoma dos Açores com exatamente este fim.

Outra das pretensões dos peticionários assentava na elaboração de uma estratégia para a restruturação do setor das pescas, tema que também esta semana foi minuciosamente aqui debatido e efetivamente esta estratégia tem vindo a ser incrementada tendo-se já alcançado uma meta da aprovação da visão e da missão da estratégia e um processo participativo que decorre desde novembro de 2022 e que tem vindo a contar com a participação daqueles que são os principais representantes do sector nomeadamente a Federação de Pescas, a APASA e APEDA, e, ainda tomamos conhecimento por nota pública que ainda recentemente a 8 de outubro ocorreu aquela que foi a 7.ª reunião sobre este este tema.

A proposta de alteração à Rede de Áreas Marinhas Protegidas e sobre a qual esta petição se debruça impõe aquele que é um calendário rigoroso para a efetiva implementação das referidas áreas que urge cumprir e que, na realidade tem um horizonte temporal que pode ir até a cerca dos 3 anos, fim do qual também se prevê que o processo costeiro esteja concluído.

A proteção e a recuperação da vida marinha é efetivamente uma preocupação e uma responsabilidade que não pode deixar de ser assumida por cada um de nós, e, nesta matéria o Governo Regional também não caminha sozinho, porquanto o Governo da República no final de 2023, seguindo aquela que era a liderança assumida pelo Presidente do atual Governo, José Manuel Bolieiro, antecipou aquilo que eram as metas para a definição das Áreas Marinhas Protegidas, antecipou-as para 2026, e, uma decisão escorada nas palavras daquelas que eram então as palavras do então Primeiro-Ministro António Costa, que só conseguiremos lidar com os maiores desafios da humanidade se assumirmos que o futuro dos seres humanos e dos oceanos está interligado, perseguindo aquele que tem sido políticas assentes numa visão estratégica de promoção de um oceano saudável e bem gerido apostando no aumento do conhecimento científico, no apostar de habitats oceânicos e na sustentabilidade dos seus usos,

nos mais variados usos, no âmbito de políticas nacionais e diretrizes europeias, o Governo Regional deu efetivamente início a este processo de implementação das Áreas Marinhas Protegidas, desde cedo comprometeu-se a criar um regime de compensação financeira para aqueles que viessem a ser comprovadamente as perdas de rendimento dos pescadores resultantes desta implementação e este compromisso tem, naturalmente se mantido, e, ainda esta semana na apresentação do Programa Sustentável 2030, através do Fundo Ambiental aquando da visita da Sra. Ministra do Ambiente e Energia, tivemos a oportunidade de confirmar que esse compromisso está assumido, O Governo Regional e o Governo da República também colocam-se assim ao lado daqueles que vivem de e para o mar e vai nesta medida também ao encontro dos anseios dos peticionários. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Mário Tomé faça favor.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Um cumprimento especial ao Sr. Jorge Gonçalves, primeiro peticionário desta petição que se encontra nas galerias a assistir aos nossos trabalhos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda a iniciativa dos mais de 1700 peticionários através do seu subscritor o Sr. Jorge Fernando Leal Gonçalves, no exercício do direito de petição consagrado pelo Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, através de uma forma de democracia direta que aproxima os cidadãos dos seus representantes eleitos.

A presente petição 61/2012 é sobre a proteção do mar dos Açores através da proposta de implementação das Áreas Marinhas Protegidas exigindo mais tempo

para análise e avaliação do impacto socioeconómico da proposta da segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A de 11 de novembro, à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores dominada por "RAMPA".

Esta petição reflete o estado de alma em que vivem os pescadores açorianos, assim como toda a fileira da pesca, sobre a proposta de implementação das Áreas Marinhas a proteger considerando que a petição surge em sequência dos seus subscritores não concordarem com o modelo e com o tempo que está definido para a implantação das AMP's.

O primeiro peticionário, Sr. Jorge Gonçalves, no âmbito da audição parlamentar e visando esclarecer todos os açorianos referiu e cito: " O setor das pescas dos Açores é a favor das Áreas Marinhas a proteger e que os pescadores açorianos sempre estiveram na linha da frente na proteção dos recursos e na implementação das Áreas Marinhas Protegidas que vigoram nos Açores, que o setor é o primeiro com interesse na proteção dos recursos, porque é dele que depende a sua atividade e o seu sustento, defendendo que não pode ser imputado unicamente ao setor das pescas a responsabilidade na possível depilação dos recursos como tem sido noticiado, considera ainda que é referenciado em vários documentos sobre as Áreas Marinhas Protegidas, que o setor das pescas participou em diversas reuniões e concordaram com a transcrição do conteúdo das atas das reuniões em que em 40 reuniões participaram em 27 somente por razões de dificuldades financeiras nas deslocações a outras ilhas. No entanto afirma nunca terem aprovado nada em relação à proposta final da "RAMPA" considerando muito importante esta posição. Os peticionários através do seu primeiro subscritor sustenta, que para aprovarem a "RAMPA", sempre foram claros desde o princípio, que seriam necessárias medidas concretas tais como: estudo socioeconómico, redução de esforço de pesca por via de abates de embarcações e outras medidas em que algumas já se encontram implementadas. Considera, ainda, que a Federação das Pescas foi confrontada com uma situação que julga

invulgar, na última reunião com a Blue Azores a mesma apresentou na versão final do documento mais Áreas que não foram consideradas e discutidas com os participantes, nomeadamente os Bancos de Pesca Cachalote, Bugio, Diogo de Teive e Gama. Considera o primeiro peticionário que houve uma falta de respeito da Blue Azores com o setor em geral, esta atitude além de incluírem mais Bancos de Pesca do que constava na proposta inicial, alteraram a classificação do nível de proteção em muitas das áreas inicialmente propostas, restringindo o palanque de fundo e de deriva."

Daí surge a petição que tem por objetivo 6 pontos principais entre os quais é referenciado: se um Estado Membro tem até 2030 para proteger parte do seu mar, requerem os profissionais que este processo se realize de forma que seja mais tranquila e ponderada sem colocar em causa a sustentabilidade socioeconómica do setor das pescas exigindo um plano de motorização e fiscalização das áreas que se quer proteger, que tenha um plano de gestão para o esforço de pesca que ficará mais limitado com as áreas a implantar e com uma estratégia, um plano de reestruturação do setor que envolva abate de embarcações e artes de pesca, promova a reorientação profissional ou a criação de rendimento complementar alternativo à pesca exigindo um estudo que avalie o impacto socioeconómico na fileira da pesca com estas medidas.

A maioria das preocupações expressas nesta petição são também assumidas pela Associação de Pesca Lúdica dos Açores, fazendo referência ou que consideram a gravidade do quadro sancionatório do diploma, pela Associação Pão do Mar, que representa as conserveiras dos Açores e pela Associação Comerciantes dos Açores de Pescado que consideram que o processo afetará a frota atuneira dos Açores, os comerciantes de pescado e a sustentabilidade de algumas conserveiras da Região pela imposição das zonas "*no take"* aos atuneiros.

O Grupo Parlamentar do PS/Açores considera que a petição revela o atual estado das pescas e de toda a fileira da pesca dos Açores.

O Governo não pode ficar indiferente perante o atual momento de insegurança, desconfiança e incerteza que os armadores, comerciantes, industriais de conservas e pescadores açorianos e as suas famílias estão a viver com a proposta da "RAMPA", que se revela apressada, inconsequente e consolativa, quando deveria ser uma participação maciça dos ativos da pesca como sempre teve no passado dos agentes do setor e com a devida envolvência da comunidade científica local, profundos conhecedores do nosso mar, da nossa cultura piscatória e do pescador açoriano. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar uma palavra de apreço aos peticionários, uma palavra especial ao primeiro peticionário, Jorge Fernando Leal Gonçalves, vetusto amigo e lutador pela pesca e pelo futuro da pesca nos Açores, e, permitam-me em jeito de graça que use de um ditado popular, esta semana é a segunda vez que vamos falar de pescas, ainda vamos falar mais duas, e, diz o povo do alto da sua sabedoria "não há fome que não dê em fartura".

E como vamos falar mais duas vezes sobre este assunto e uma delas sobre um diploma que o Governo nos trouxe e que é alvo desta petição, vou ser mais parco nas palavras desta vez, apenas agradecer aos peticionários mais uma vez esse ato de cidadania e o diagnóstico de morte anunciada de um setor que muito tem dado à economia açoriana e que tem servido de almofada em algumas das nossas ilhas aos graves problemas sociais que enfrentaríamos caso não existisse um setor tão poderoso, tão laborioso, eu diria mesmo, o setor mais laborioso da Região

Autónoma dos Açores e que expõe aos elementos da natureza todos os dias o ser humano para dele tirar o seu sustento.

É um setor, que é verdade, nalguns casos, nomeadamente, no subsetor extrativo chega a ser incipiente, mas que tem que ser olhado com esta dimensão social que tem em algumas comunidades das nossas ilhas.

E nesse sentido agradecer mesmo bastante ao Jorge Fernando Leal Gonçalves essa sua atitude de irrequieto cidadão que sempre foi para o seu amado setor. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado José Sousa** *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de mais queria agradecer ao Sr. Jorge Gonçalves por estar aqui presente e saudar todos os peticionários, desta e da outra petição que tivemos a apreciar na CAPADS ao longo deste tempo, e, agradecer pela condução de uma reflexão tão importante e tão robusta como é o caso das Áreas Marinhas Protegidas.

No âmbito destas petições, em que uma pede uma implementação urgente e a outra pede que seja dado mais tempo para a sua implementação, não posso deixar de referenciar o que já foi exposto aqui esta semana quando o nosso líder questionou, o Sr. Secretário do Mar e Pescas, acerca do Plano Estratégico para o Futuro das Pescas nos Açores. E ficou mais ou menos claro para todos, penso eu, que este Plano não existe e existem questões que têm um grande peso numa tomada de decisão tão importante que é a restrição de 30 % do nosso mar, 15 % dele à extração.

Decisões como saber, se vai ou não haver abate de embarcações, de quantas serão, se vão conseguir fiscalizar toda esta área, não (impercetível) porque o Sr. até falou do compromisso com a Marinha, mas se vão conseguir, se vai haver uma modernização da frota para que consigam ir mais além, para que consigam

devidamente utilizar esses 70 % de área que restam, e, tantas outras questões que ficaram por responder.

Existe uma grande probabilidade de problemas ou do aumento dos problemas socioeconómicos nas famílias que garantem o seu ganha pão a partir do setor das pescas e sem respostas, pelo menos conclusivas, de como vão ser mitigados e em quanto é que se estima esse impacto.

Há uma máxima que diz que "um problema bem definido já é metade do problema resolvido", portanto, 50 % da solução passaria por apresentar um Plano muito bem definido, com estratégias, com eventuais custos e objetivos finais para estas AMP's, a outra metade seria eventualmente e após uma aprovação cumprir com o Plano.

Mas, como nem a primeira parte está feita, o que se pode dizer aos peticionários das duas petições é que, nem é tarde nem é cedo para implementar as Áreas Marinhas Protegidas, simplesmente vamos continuar divididos nas nossas opiniões devido à ausência de algumas respostas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo naturalmente por saudar os peticionários, na pessoa do Sr. Jorge Gonçalves, agradecer o exemplo de intervenção cívica que constitui o exercício do direito de petição e com esta petição muito participada que teve efetivamente um número muito significativo de subscritores, que trazem ao Parlamento um conjunto de preocupações no que diz respeito à implementação e ao impacto socioeconómico da Rede de Áreas Marinhas Protegidas, preocupações essas

que, como é óbvio, compreendemos e temos preocupações também que acompanhamos.

Ora, efetivamente o objetivo de proteger os oceanos, de proteger a biodiversidade e o objetivo de que essa proteção seja positiva para os oceanos, para a proteção ambiental, mas também para as comunidades em todas as suas diversas vertentes sociais e económicas é um objetivo fundamental. Acompanhamos como é óbvio em pleno o objetivo de proteção dos oceanos preconizado pela estratégia europeia para a biodiversidade, mas efetivamente esta proteção tem que ter em conta as comunidades locais, tem que ter em conta os setores que dos oceanos dependem, e, esta proteção não tem o mesmo impacto para todas as atividades principalmente no curto prazo.

Acreditamos que a médio e longo prazo não haverá muitas dúvidas que a Rede de Áreas de Marinhas Protegidas terá aspetos positivos para toda a comunidade, mas como é evidente a implementação da Rede das Áreas Marinhas Protegidas tem de ter em conta os impactos a curto prazo eventualmente a médio prazo, em setores que possam ser mais diretamente afetados, nomeadamente o setor das pescas.

E também por isso não só, mas também, como já tive a oportunidade de referir na passada terça-feira, estes processos têm de ser não só participados, mas terem o mais amplo consenso possível.

E, o facto de estarmos a discutir esta petição hoje aqui com preocupações que os peticionários dizem não ser atendidas pela proposta que estará em debate ainda hoje, é um sinal de que é preciso alterar, melhorar a forma como foi implementada esta parte da Rede de Áreas Marinhas Protegidas.

A nós, como é óbvio, preocupa-nos o relato de que, numa última reunião terão sido apresentadas novas áreas, esse relato é preocupante, é algo que a ter acontecido não deveria ter de modo algum acontecido. Esse processo tem que ser participado do início ao fim.

E estudar os impactos socioeconómicos da implementação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas é fundamental, acompanhamos em pleno essa preocupação dos peticionários.

Os estudos já realizados, nomeadamente, o estudo da Universidade da Califórnia, para além da data em que foi executado, é um estudo que tem, na nossa opinião, muitas limitações e que não substitui estudos posteriores.

Por isso, nós consideramos que para o sucesso da implementação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas não basta a sua aprovação no Parlamento, para além de toda a legislação que daí advém, ela deve ter novamente uma discussão ampla com o setor, deve-se procurar corrigir os processos que não ocorreram bem na implementação desta proposta e é preciso não esquecer que para além das Áreas Marinhas Protegidas Oceânicas está ainda em desenvolvimento a proposta das Áreas Marinhas Costeiras e essa, ainda mais, talvez, com mais impactos no setor das pescas.

Por isso é preciso que se aprenda com o processo que já decorreu e não se cometam os mesmos erros com o processo seguinte, sob pena, como já disse, de se colocar em causa o cumprimento do objetivo que é efetivamente essencial para a proteção dos oceanos e para a Região Autónoma dos Açores.

Posto isto temos, como é óbvio, de partilhar várias das preocupações dos peticionários, ao mesmo tempo que estamos claramente empenhados em ter um oceano mais sustentável que permita que a biodiversidade, o património natural que existe no vasto mar dos Açores, seja preservado e seja também um fator de desenvolvimento para os setores que dele dependem, como o setor das pescas e para os setores também emergentes. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados. Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma primeira palavra de agradecimento aos mais de 1700 peticionários, na pessoa do Sr. Jorge Gonçalves, que acompanha aqui os trabalhos no dia de hoje, porque esta petição convocou o Parlamento a refletir e a estudar esta questão da implementação do Parque Marinho e, portanto, das zonas de proteção.

Trata-se de um processo que já começou há vários anos, começou em 2019, é um processo que já foi conduzido por dois Governos diferentes, primeiro Partido Socialista e agora a coligação, e, portanto, o que temos hoje é o resultado de um longo trabalho, um longo trabalho participado, onde foram ouvidos todos os intervenientes no setor do mar, tal como vem explícito nos documentos chamados de "*stakeholders*", todos puderam dar os seus contributos, foram estabelecidos no início dos trabalhos objetivos, esses objetivos foram negociados e consensualizados e depois, obviamente, que, a partir daí passou-se para a fase de definição das Áreas Marinhas que cumpriam com esses objetivos.

E, portanto, todos nós sabemos que num processo de mudança, e, o que temos aqui presente em mãos, e o que esta petição nos convoca a refletir, é exatamente essa mudança, essa mudança de paradigma naquilo que é a utilização do mar, obviamente que há sempre impactos, há impactos que são negativos e há impactos que são positivos.

No imediato é expectável que sejam mais significativos os impactos negativos que afetam sobretudo as pescas, e, portanto, a constrição que haverá nas áreas disponíveis para pescar.

A médio/longo prazo sobressaem ou sobressairão os aspetos positivos que terá a ver, e, já há estudos científicos que indicam que, onde neste momento no mar dos Açores já existem zonas de proteção se verificou um aumento do número de peixe existente nessas áreas e o próprio tamanho dos peixes nessa áreas é maior. E, portanto, significa isto que há aqui um efeito positivo na disponibilidade de pescado, dito de outra forma, há um aumento da biodiversidade, ora isto é positivo, é positivo sobre vários aspetos, é positivo desde logo para as pescas,

porque há mais peixes para pescar, e, portanto, obviamente, daí haverá maior rendimento. Havendo mais abundância de peixe também todas as outras áreas que usam o mar e tiram do mar o seu sustento, como seja por exemplo, as atividades marítimo-turísticas, obviamente, que também terão um maior rendimento porque haverá mais gente interessada em vir visitar o nosso mar, em mergulhar no nosso mar, ver os cetáceos que se alimentam também dessa biodiversidade que temos no nosso mar, e, portanto, tudo isto é um efeito positivo, mas que, obviamente, este efeito só surgirá a médio e longo prazo.

E, portanto, o que nós estamos hoje aqui confrontados é com uma decisão, queremos ou não ter um futuro melhor do que aquele que é neste momento o nosso presente. E, portanto, é esta a decisão que os Deputados estão confrontados a tomar no dia de hoje, porque estamos agora a analisar a primeira das petições, a seguir teremos uma segunda petição sobre o mesmo assunto e depois teremos a proposta do Governo que nos apresenta uma proposta de implementação então das Áreas Marinhas Protegidas.

E, portanto, neste sentido temos que agradecer esta motivação que os peticionários nos trouxeram para refletir, isto fez com que o Parlamento ouvisse muitas pessoas, desde logo os peticionários, o setor das pescas, as várias associações representativas do setor, também os representantes da ciência, e, portanto, pudemos reunir um conjunto muito alargado de informação que nos habilita a tomar uma decisão informada e consciente.

E, portanto, temos também que trazer para a equação o facto de estarmos inseridos na União Europeia, foi uma decisão do País, tomada lá atrás, na década de 80, que trouxe muitos benefícios ao País e continua a trazer diariamente e há imensos investimentos feitos no nosso País à custa dos Fundos Europeus, e, portanto, nós não podemos olhar para a Europa só pelo lado positivo que é o dinheiro que nós recebemos, obviamente que, há sempre aquela expressão “não há almoços grátis”, há sempre aquela expressão “há o reverso da medalha”, e, o

facto de estarmos incluídos na União Europeia faz com que tenhamos que adequar aquilo que são as nossas decisões políticas às orientações que a União Europeia estabelece e às metas que a União Europeia estabelece para o conjunto dos países que compõem a União. E o que nós temos aqui presente é exatamente isso, é uma decisão da União Europeia de preservar 30 % dos nossos oceanos, ora sendo Portugal um país com oceano está condenado a ter que cumprir com esses objetivos.

E temos duas hipóteses para cumprir com esses objetivos, ou somos nós que tomamos a decisão de definir exatamente o que é que queremos preservar ou não fazemos nada e sujeitamo-nos a que a União Europeia, a "régua e esquadro", decida por nós quais são as áreas que hão de ser preservadas.

E, portanto, é isto que está aqui em causa…

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Que disparate!

O Orador: … ou somos nós a ter em mão a nossa decisão ou abdicamos desse poder que temos e deixamos o tempo correr e um dia será a União Europeia a definir o que é que vai ser protegido e onde é que vai ser protegido…

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: … e o que é que vai ser proibido e o que é que vai ser permitido.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Tanta asneira junta!

O Orador: E, portanto, esta petição juntamente com a outra, permitiu-nos fazer esta reflexão, trouxe-nos este conhecimento, e, portanto, agora, obviamente, que em consciência, teremos que tomar as decisões que nos competem enquanto representantes do povo açoriano.

De salientar que apesar de considerarmos a possibilidade de haver impactos no rendimento de uma forma imediata nos pescadores também não podemos esquecer que é nossa intenção poder de certa forma acautelar esses interesses dos pescadores e compensar da melhor forma possível essa perda de rendimento que possa advir da restrição das áreas de pesca. E, portanto, o trabalho que foi

realizado é um compromisso, mas é um compromisso que foi participado e não foi uma decisão tomada dentro dos gabinetes. E, portanto, Sr. Presidente, de momento já excedi o meu tempo, e, portanto, vou interromper aqui a minha intervenção. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Penso que está apreciada esta petição. Vamos avançar para a próxima petição que é a - **Petição n.º 62/XII – "Áreas Marinhas Protegidas dos Açores - Implementação Urgente", apresentada por José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo na qualidade de primeiro subscritor.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares para apresentação, espero eu, resumida, do relatório.

Deputado Luís Soares *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Relatório e parecer da Petição n.º 62/XII – "Áreas Marinhas Protegidas dos Açores - Implementação Urgente".

A 16 de novembro de 2023 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, subscrita por 3274 cidadãos com correta identificação, cujo primeiro signatário é o Sr. José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo.

A mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para relato e emissão de parecer por se tratar de matéria da competência desta.

Finda a XII legislatura e considerando que a tramitação processual da petição em análise não se encontrava concluída a mesma transitou para a XIII legislatura conforme dispõe o art.º 25.º da Lei 43/90 de 10 de agosto na sua atual redação.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, procedeu à apreciação da sua admissibilidade e deliberou admiti-la por unanimidade em

reunião ocorrida a 30 de novembro de 2023, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar «Que se aprovem, sem mais demoras, o enquadramento legal geral e as zonas de proteção oceânicas tal como preconizados na proposta da RAMPA, com proteção total de 15% das áreas oceânicas e proteção parcial de outros 15%.

Que a Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores seja estendida, o mais brevemente possível, às zonas costeiras.

Que estejam previstos, no orçamento da Região, os recursos necessários ao acompanhamento científico destas reservas marinhas.

Que as autoridades responsáveis pela fiscalização, nomeadamente, Inspeção das Pescas, Polícia Marítima e GNR, sejam dotadas dos recursos humanos e materiais e do enquadramento legal necessários para garantir a efetividade das zonas de proteção.

Que este projeto, iniciado na legislatura anterior e fortemente impulsionado pelo atual Governo Regional, seja abraçado por todos os partidos da Assembleia Legislativa Regional. A proteção do mar tem de ser um desígnio estrutural dos Açores. Adiar mais uma vez avanços nesta matéria, como se tem vindo a fazer nas últimas décadas, seria de uma enorme falta de visão, sem preocupação com as gerações futuras».

Neste contexto, fundamentam referindo que «O mar dos açores, historicamente tão importante para a economia e identidade açorianas, tem vindo a sofrer, ao longo das últimas décadas, de clara sobre-exploração».

Os Peticionários, no documento entregue, acrescentam ainda que os «Estudos científicos revelam uma acentuada perda de espécies e biomassa em todas as ilhas, com maior enfase na ilha de São Miguel. (…) Em muitos locais onde o peixe ou marisco eram abundantes, hoje simplesmente não existem em quantidade ou qualidade com interesse para a pesca ou turismo.».

Na reunião da Comissão, ocorrida a 30 de novembro de 2023, esta deliberou ouvir, presencialmente ou com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da Petição, José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo, o OKEANOS – instituto de Investigação de Ciências do Mar, Professora Doutora Helena Calado, Associação de Operadores Marítimos dos Açores (AOMA), Associação de Pesca Lúdica dos Açores, Associação Pão do Mar, Associação de Comerciantes do Pescado dos Açores, Federação das Pescas dos Açores, Fundação Oceano Azul e o membro do Governo Regional com competência na matéria. Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos às associações de carácter ambiental e marinho da Região, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele fazem parte integrante.

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 62/XII, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por maioria, as seguintes conclusões:

A Petição foi devidamente subscrita por 3274 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

As pretensões dos peticionários têm origem no reforçar da intenção expressa do Governo Regional dos Açores em antecipar a meta de 2030, definida pela União Europeia para implantação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas, considerando mesmo ser urgente tomar essa medida;

Dado a natureza do assunto, objeto da petição em analise se relacionar com o da petição 61/XII de tal forma que as diligências, audições assim como pareceres serem na sua maioria comuns às duas petições, não resta outra conclusão que não seja a mesma.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Relator. Vamos então abrir as inscrições para apreciação da petição. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula os peticionários por, na sua responsabilidade de cidadãos, recorrem a esta figura para que possam demonstrar a sua preocupação da implementação urgente das Áreas Marinhas protegidas nos Açores, relativamente ao documento da "RAMPA" que esteve em consulta pública.

Os diversos torrões de basalto que emergem do Oceânico Atlântico, no qual as ilhas e os bancos se incluem, originam deslumbrantes ecossistemas, com uma riqueza de espécies marinhas inigualáveis.

Esta riqueza biológica, ao longo dos anos tem assumido um papel fundamental, um papel base na nossa economia, seja ela com a caça à baleia, pesca e o com o turismo.

Fruto das constantes pressões, do homem, através do uso incorreto ou pressão dos recursos marinhos ou dos seus habitats, da poluição, ou até mesmo das consequências das alterações climáticas, tornou-se necessário ao longo dos anos estabelecer medidas de conservação para proteção da nossa biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e, como indicado pelo Doutor Professor José Azevedo, para travar a perda de espécies e biomassa em todas as ilhas.

Os Açores, no que diz respeito para proteção do seu mar, foi sempre pioneiro. Os Açores foram líderes na proibição da pesca de arrasto, que protegeu os ecossistemas marinhos desta devastadora arte de pesca, protegendo os ecossistemas, e todas as espécies neles existentes. A concretização desta

proteção foi possível, porque todos, todos sem exceção, queriam proteger o seu bem mais preciso, o mar dos Açores.

Fomos pioneiros na criação da única Reserva Voluntária dos Açores – o Caneiro dos Meros - que foi criada através da conjugação de esforço entre pescadores, mergulhadores e a Universidade dos Açores, assim como aconteceu com a proteção do Banco Condor.

Com perfeita coordenação entre a comunidade científica, Governo Regional e o setor das pescas – comercial e lúdica – foram criadas na ilha de Santa Maria, em 2014, 4 áreas protegidas na zona marítima - Baixa do Ambrósio, Baixa da Maia, Baixa da Pedrinha e ilhéu da Vila. Um processo que primou pelas longas discussões, conversações e cedências de todas as partes envolvidas e todas elas interessadas no sucesso do processo. E podemos dizer que foi de sucesso, porque resultou, áreas hoje que possuem um aumento de biomassa surpreendente.

Os Açores, e todos os seus intervenientes passaram por outros processos de criação de áreas marinhas protegidas, ou seja, na criação de espaços delimitados, onde a ação humana é condicionada com o objetivo de proteger, recuperar e gerir de forma sustentável a sua biodiversidade.

No entanto, não é suficiente!

E foi com esta premissa, que, no seguimento do que tinha sido, em 2017, o compromisso de Portugal em proteger pelo menos 14% das suas áreas oceânicas e costeiras até 2020, no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da Agenda 2030, os açores, em 2019, e no resultado de duas expedições científicas ao mar dos Açores, assinaram um acordo entre o Governo Regional a Fundação Oceano Azul e a Fundação Waitt, criando assim o Programa Blue Azores, que viria a acrescentar ao arquipélago 150 mil km quadrados de novas reservas marinhas. Ou seja, 15% da área total da Zona Económica Exclusiva dos Açores, até 2021, sendo expectável aumento desta percentagem até 2030.

Como todos sabemos, esta data foi antecipada, assim como a percentagem de implementação das áreas marinhas protegidas, aumentando assim a área de preservação e recuperação da biodiversidade, no que todos considerarmos ser uma necessidade imperiosa.

No entanto, e no seguimento do que foram as várias audições, assim como as auscultações que o Partido Socialista tem efetuado de forma constante, deparamos com a realidade de que, o processo de redefinição das Áreas Marinhas Protegidas, possuiu falhas graves, no que diz respeito a auscultação e conversação com o setor das pescas, assim como na devida valorização da comunidade científica dos Açores.

Relativamente às preocupações dos peticionários, nomeadamente sobre a aprovação, sem demoras, da proposta da "RAMPA", iremos debater já de seguida, no entanto alertamos de igual modo para os restantes três pontos da petição. Primeiro o que seria esperado, porque foi o que foi prometido a todos os "*stakeholders"* – a aprovação quase que em simultâneo, da Rede de Áreas Marinhas Protegidas Costeiras, e que sim, são estas as que sofrem maior esforço de pesca, a maior pressão antropogénica, e que juntamente com as áreas marinhas oceânicas, perfaziam 30% do mar protegido dos Açores.

Mais, que sejam previstos no Orçamento da Região, recursos necessários para acompanhamento científico destas reservas marinhas, acompanhamento que, melhor do que ninguém os investigadores da Região Autónoma dos Açores, mas para isso é necessário a elaboração, enquanto se implementa as Áreas Marinhas Protegidas, de projetos de investigação para esse acompanhamento.

E para que todo o processo em prol da proteção e conservação do mar dos Açores seja efetivo, torna-se imprescindível a capacidade humana e material para a fiscalização, como alertam os peticionários.

Todos os açorianos têm como sua pertença o seu mar, e tudo o que ele contém, e todos sabemos a importância da sua proteção para que esta riqueza possa perdurar no tempo.

E termino reiterando mais uma vez a congratulação aos peticionários pela sua responsabilidade de cidadãos, que recorreram a esta figura da petição para trazer a esta Casa uma preocupação e o alerta sobre o tema das Áreas Marinhas Protegidas nos Açores e que será ainda hoje debatido e que merece a nossa melhor análise e decisão por parte de todos os intervenientes desta Assembleia. Obrigada.

Deputado José Ávila *(PS)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos** *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD cumprimento aqueles que são os 3274 subscritores, na pessoa do Sr. José Manuel Viegas de Oliveira e Neto, a quem também dirijo um cumprimento especial.

Tal como tive oportunidade, em anteriormente, esta é de facto uma das duas petições que analisamos nos últimos meses sobre a mesma temática, que mostra a pertinência do tema, e, que a importância de numa voz só, mostrarmos a nossa capacidade de proteger os ecossistemas e gerir eficazmente o nosso mar.

O mar é um desafio imenso de todos os tempos, de uma grandeza inata, de uma riqueza incalculável e com múltiplos fins, é via marítima, é recurso energético, é sustento de gerações, é equilíbrio, é sustentabilidade do turismo, é fonte de

recursos naturais, e, portanto, daí esta consciência de que urge preservar, concertar medidas para gerir e proteger.

É esta também a consciência que move os peticionários desta petição e, que, deveria unir todos os açorianos.

É na senda desta consciência que a presente petição pretende a aprovação urgente desta proposta de Rede de Áreas Marinhas Protegidas, sendo 15 % das áreas oceânicas de proteção total, proteção parcial de outros 15 %, bem como a extensão deste processo às zonas costeiras.

A proteção dos 30 % do mar dos Açores que se pretende alcançar através da desta Rede de Áreas Marinhas Protegidas dá seguimento àquelas que já eram metas estabelecidas em 2019, naquele que foi o memorando assinado com os parceiros, essas metas foram intensificadas em 2023 por via de diretivas europeias, estamos a falar daquilo que são as metas definidas no Quadro Mundial de Kunming-Montreal na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, da qual também resulta os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e na Estratégia Nacional para o Mar 2030, e, nesta medida, os Açores comprometeram-se, e bem, a proteger até ao final de 2023, 30 % do mar dos Açores através desta definição de Redes de Áreas Protegidas.

Na verdade, e, por motivos que todos conhecemos, esta meta do final de 2023 não foi possível concretizar e o processo continuou o seu curso. O programa Blue Azores que resultou da parceria assinada entre o Governo Regional e os seus dois parceiros em 2019 surgiu em torno de uma visão comum que era a de proteger, promover e valorizar o capital natural marinho dos Açores.

A diversidade marinha dos Açores representa, sem dúvida, um manancial de oportunidades para o desenvolvimento de novos usos do mar, consequentemente novas oportunidades de negócio, desenvolvimento socioeconómico desde que garantida a sustentabilidade dos ecossistemas e essa consciência une-nos a todos.

Àqueles que são os usos tradicionais do mar, e, os casos mais óbvios tem a ver com as atividades extrativas e os transportes marítimos, somam-se, e, não podemos ignorar, somam-se tanto outros como hoje em dia sabemos, outras atividades emergentes como sejam as atividades marítimo turísticas, onde se destaca a observação de cetáceos, mergulho recreativo, a biotecnologia, uma atividade também emergente ou mesmo a investigação científica oceânica que devem e têm de coabitar no mesmo espaço marítimo.

No que respeita ao oceano este dever de proteção foi subscrito por mais de 3 mil peticionários e assuma hoje uma urgência global e nacional pela situação de risco generalizado para a biodiversidade e para os ecossistemas provocado pelas atividades económicas que decorrem no meio marinho.

Os peticionários apresentam-se a esta Casa com a convicção de que a definição de Áreas Marinhas Protegidas é de facto um dos instrumentos mais eficazes para proteger e recuperar a vida marinha, resulta de um trabalho aturado de 2019, baseado em expedições realizadas anteriormente e, para a qual a comunidade científica da Universidade dos Açores, residente no Faial, foi parte fundamental. À época foi produzido um relatório técnico científico, e, este relatório previa efetivamente a definição, a identificação de áreas prioritárias para a expansão da área de Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores, bem como, os objetivos de gestão e de conservação que se pretendia atingir no futuro e que pudessem de alguma forma guiar a análise científica da identificação das áreas prioritárias. Em 2023, e, porque este é de facto um processo dinâmico, já foram realizadas outras expedições e estes contributos e dados científicos terão toda a oportunidade de virem a ser integrados neste processo.

Segundo os peticionários o conhecimento científico desenvolvido nos últimos cinco anos permite-lhes afirmar, de forma segura, que é real o risco de extinção de algumas espécies, face à acentuada perda de espécies e de biomassa também

documentada e declarada por inúmeros convidados que ouvimos, se não forem tomadas algumas medidas de imediato.

É justo deixar uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que são os protagonistas das ciências com dedicação e empenho têm demonstrado que os ecossistemas dos mares dos Açores são lugares frágeis e precisam de atenção.

O mar que rodeia os Açores constitui mais de metade da Zona Económica Exclusiva portuguesa e inclui alguns dos mais importantes ecossistemas marinhos do Atlântico Norte.

O alargamento das atuais Áreas Marinhas Protegidas atingindo 30 % dos mares da Região, que corresponde a cerca dos 300 mil quilómetros quadrados, permitirá aumentar a preservação dos recursos marinhos, reduzir as atividades extrativas numa perspetiva de tornar mais sustentável o uso do espaço marítimo nas ilhas, naquilo que era a intenção dos peticionários.

A preocupação com a manutenção dos recursos necessários ao acompanhamento científico destas reservas foi outra das preocupações manifestadas para os peticionários, à qual o Governo Regional tem efetivamente dado uma resposta positiva, a avaliar por aquele que é um investimento conhecido de 2,6 milhões de euros para conhecer o mar profundo liderando ao nível nacional, um processo de mapeamento que ocorreu no qual o Governo Regional investiu quase 1 milhão de euros nos últimos dois anos para fazer o levantamento batimétrico de todas as ilhas e, concretizando assim, passo a passo aquela que foi a visão e o compromisso assumido pelo Presidente do Governo Regional dos Açores.

Dando robustez à perspetiva de que a implementação das Áreas Marinhas Protegidas trazem valor acrescentado a todas as atividades do mar, os peticionários defendem de forma acérrima a continuidade do processo.

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Já termino, Sr. Presidente… E, processo este que infelizmente foi sendo atrasado. E, portanto, relativamente à fiscalização, outra preocupação

mencionada pelos peticionários, este Governo Regional tem também reconhecido esta necessidade. É de facto essencial que todos os açorianos se mobilizem na proteção do oceano e esta petição é exatamente a prova disso mesmo. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições para apreciação desta petição? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor

(*) **Deputado Pedro Pinto** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma saudação aos mais de três mil e duzentos peticionários, na pessoa do seu primeiro subscritor, Sr. José Manuel Azevedo, que nos convoca a refletir sobre a implementação urgente das Áreas Marinhas Protegidas nos Açores.

Ora temos aqui um contraste com a petição anterior, o que é perfeitamente legítimo e até expectável. Obviamente que há na sociedade diversidade de opinião e, portanto, há quem considere pertinente, há quem considere urgente, há quem considere que não faz falta nenhuma, há quem considere que se pode esperar mais tempo para proteger o nosso oceano e sobretudo proteger a biodiversidade que temos no nosso oceano.

Ora essa biodiversidade que existe no mar dos Açores faz parte daquilo que é a riqueza dos Açores e é isso, os Açores são isso. Os Açores são exatamente o mar, como eu já tenho salientado aqui várias vezes neste Parlamento, os Açores não são propriamente os nove pedaços de terra que existem, são exatamente o grande oceano aqui no centro do Atlântico, isso é que define os Açores, a essência dos Açores é isso, é o nosso mar, é a nossa biodiversidade e cada vez mais a nossa economia está dependente e impactada pelo oceano, seja na extração direta de

rendimento, seja naquilo que são as novas tecnologias, a biotecnologia, o desenvolvimento tecnológico, as novas ciências e, portanto, de tudo isso nós podemos encontrar e podemos extrair do nosso oceano. E para isso temos obviamente que preservar e, portanto, estes peticionários convocam-nos a fazer essa preservação o mais urgentemente possível.

A Sra. Deputada do Partido Socialista lembrou-nos e bem e trouxe já para o nosso debate um argumento que eu considero importante e fundamental, a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, referiu-nos que nos Açores nós somos pioneiros na proteção do nosso mar e ainda bem. E isso é um grande exemplo e ela deu o exemplo da proteção que já foi realizada desde 2014 na ilha de Santa Maria, ao largo da ilha de Santa Maria…

Deputado José Ávila *(PS)*: Não é só ao largo de Santa Maria!

O Orador: … e os resultados que hoje, dez anos depois, já estamos a verificar. E, portanto, é disto que nós estamos a falar, ou seja, num curto espaço de tempo já se podem verificar importantes melhorias nos ecossistemas e recuperação da nossa biodiversidade.

E, portanto, tal como disse na apreciação da petição anterior é isto que está aqui em cima da mesa para os 57 Deputados decidirem hoje, implementar já ou empurrar com a barriga para a frente.

E, portanto, não quero deixar de voltar a salientar que trata-se de um processo já longo, um processo, tal como foi recordado, remonta a 2017, depois recomeçou ou teve um novo episódio em 2019 e caiu-me aqui na nossa secretária um recorte do Jornal Público de 3 de dezembro de 2019, dizia o seguinte: “o Governo dos Açores pretende criar novas Áreas Marinhas Protegidas no arquipélago, introduzir novos limites de capturas e abolir algumas artes de pesca, medidas que estão a deixar o setor à beira de um ataque de nervos tal como é compreensível”, mas importa salientar 2019, ora estão a passar seis anos, seis anos desde o início deste processo, mais de 40 reuniões depois é chegado o

momento deste Parlamento tomar uma decisão. E parece-me que depois de todo o trabalho que a Comissão Parlamentar realizou no âmbito destas duas petições estamos habilitados, com informação mais que suficiente a tomar uma decisão consciente. E, portanto, temos é que decidir se estamos do lado do futuro da preservação da biodiversidade ou se estamos do lado do passado, de olhar para o lado, empurrar com a barriga e permitir que venham outros decidir por nós e impor-nos aquilo que forem os seus interesses.

Importa recordar o seguinte, Portugal entrou na União Europeia, obviamente que teve que abdicar de várias coisas, mas há uma mancha na nossa história que se chama Tratado de Lisboa…

Deputado Nuno Barata (*IL*): É verdade. Nem mais.

O Orador: …, é nesse Tratado que Portugal abdica para a União Europeia da gestão dos recursos (impercetível) no seu mar, e, se estamos na União Europeia não é pelos nossos lindos olhos, não foi pela diplomacia e pelos contactos de Mário Soares. Nós estamos na União Europeia pelo nosso mar, o que à União Europeia interessa é o nosso mar. E no Tratado de Lisboa abrimos mão da gestão desse recurso para a União Europeia e a União Europeia estabelece metas de acordo com aquilo que são as decisões dos vários países e nós, obviamente, que temos que nos acomodar e que cumprir com essas metas. E, portanto, decidimos nós ou qualquer dia a União Europeia vai decidir por nós.

E, portanto, é isso que está em causa e é para isso que estes peticionários nos alertam quando pedem a implementação urgente das Áreas Marinhas Protegidas. É certo que há conflitos, que há interesses em conflito, há vários interesses em conflito tal como estas duas petições nos demonstram, mas é a nós que nos cabe tomar essa decisão, ou estamos do lado certo da história ou estamos agarrados ao passado.

E, portanto, recordo mais uma vez as palavras da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, somos pioneiros na defesa e na preservação do nosso mar e temos um

excelente exemplo desde 2014 ao largo da ilha Santa Maria que hoje, dez anos depois, já têm resultados muito positivos e que são percecionados e reconhecidos por todos os setores que vivem do mar. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu não podia deixar de pelo menos saudar os peticionários, na pessoa do primeiro peticionário, Professor José Azevedo, que efetivamente trazem uma perspetiva importante também para este debate sobre as Áreas Marinhas Protegidas.

Aquilo que tinha a dizer no geral sobre este assunto já disse efetivamente na petição anterior, pese embora, as preocupações dos peticionários para que se avance efetivamente com este processo são igualmente importantes, mas também não podia deixar de fazer esta intervenção para salientar um aspeto que não salientei na intervenção anterior, mas que também não é referido, pelo menos na parte resultativa, por assim dizer, da petição anterior, mas que me parece também da mais elementar importância, que se trata da fiscalização, dos meios para a gestão, fiscalização das Áreas Marinhas Protegidas, porque efetivamente, as Áreas Marinhas Protegidas se não tiverem, por um lado, plano de gestão eficazes, se a Região não tiver os meios, a Região e não só, os meios para a sua fiscalização, monitorização, não existem na prática, por isso esse alerta que a petição deixa no que respeita ao reforço de meios das entidades de fiscalização para a implementação destas mesmas Áreas Marinhas Protegidas

elas não passam do papel. E este alerta é importante salientar e é importante também de ter em conta na implementação das Áreas Marinhas Protegidas que teremos oportunidade de debater a seguir. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Uma palavra muito breve de agradecimento ao Sr. Professor José Azevedo, por esta iniciativa de cidadania, mas também para dizer que esta petição, que também tem um grande número de assinaturas, traz-nos uma perspetiva diferente daquela que nós apreciamos anteriormente, o que nos permite, eu não diria como disse um dos intervenientes antecessores, que nos traz um manancial de informação que nos permite decidir com mais informação e com mais garantias…

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não é a petição, é o trabalho da comissão!

O Orador: … sobre aquilo que vamos decidir a seguir, mas provavelmente, precisamente, nos trazer ainda mais dúvidas sobre aquilo que vamos decidir a seguir, quer esta, quer a outra anterior, até porque há aqui uma falácia de argumentos, de uma parte e da outra, e, há inclusivamente aqui uma manipulação de informação relativamente àquilo que vamos decidir mais daqui a pouco, que me parece divide mais os nossos sentimentos do que esclarece.

De qualquer modo essa petição traz-nos uma perspetiva de sustentabilidade ambiental interessante, eu diria mesmo que, do ponto de vista do setor emergente do turismo também nos traz uma perspetiva, eu diria, animadora, mas eu temo, mas isto fica para um debate mais daqui a pouco, eu temo que o efeito deste diploma seja bem diferente daquele que se defende, quer nesta petição, quer na petição que analisamos anteriormente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver consideramos apreciada esta petição. Vamos fazer um intervalo de 10 minutos regressamos ao 12h10.

Eram 11 horas e 57 minutos

Eram 12 horas e 17 minutos

Neste momento a Deputada Nídia Inácio retomou o seu lugar na Mesa e o Deputado Joaquim Machado ocupou o lugar de Presidente na Mesa

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos. Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas para fazer a apresentação da **- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores"**

Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Pinho):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional.

O mar dos Açores constitui cerca de 55 % da área jurídica marítima nacional, abrangendo uma área total de quase 1 milhão de quilómetros quadrados.

Este vasto espaço marítimo que circunda o arquipélago detém uma multiplicidade de recursos naturais sendo cada vez mais reconhecido como um vetor estratégico, fundamental para o desenvolvimento socioeconómico da nossa Região e do País.

Os Açores têm um reconhecido histórico de investigação científica ligado ao mar e de cooperação com a comunidade piscatória, que tem permitido a designação

de dezenas de Áreas Marinhas Protegidas da Região ao longo de várias décadas. Este legado de conhecimento e de colaboração serve como base sólida para o que hoje propomos dar.

É também a ciência que nos mostra, de forma inequívoca, a urgência de proteger o oceano, cada ano de inação equivale a uma perda de valor com impacto em todos os setores ligados ao mar.

Atualmente menos de 5 % do mar dos Açores tem algum tipo de proteção legal onde grande parte das Áreas Marinhas Protegidas permanecem sem uma gestão efetiva ou regulamentada.

A revisão do Parque Marinho e a designação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores, "RAMPA", representam um marco significativo na proteção e valorização do património marinho, alinhando-se com as metas nacionais e internacionais estabelecidas para a conservação da biodiversidade marinha para 2030.

O diploma proposto dará resposta a essas obrigações e compromissos, quer contribuindo para que o Estado Português cumpra os seus compromissos internacionais, quer como propósito para a Política da Autonomia Administrativa de Conservação Ambiental Marinha.

O novo Parque Marinho dos Açores contemplará Áreas Marinhas Protegidas Oceânicas, permitindo salvaguardar 30 % do mar açoriano, sendo metade dessa área totalmente interdita a qualquer atividade extrativa.

Esta abordagem equilibrada visa conciliar a proteção ambiental com as necessidades socioeconómicas da nossa Região, integrando na proposta as melhores práticas internacionais para a classificação e para a implementação de Áreas Marinhas Protegidas.

Este é o resultado do melhor conhecimento científico disponível e de um processo participativo inédito em Portugal que envolveu a comunidade

científica, os setores económicos e a sociedade civil num verdadeiro exercício de cocriação.

É crucial entender as Áreas Marinhas Protegidas, não são apenas instrumentos de conservação, elas são ferramentas poderosas para recuperação e valorização da biodiversidade marinha a partir das quais podemos criar uma verdadeira economia azul.

Mesmo sendo expectável que a implementação desta proposta implique impactos no setor da pesca é importante notar que os benefícios económicos das Áreas Marinhas Protegidas superam, a médio e longo prazo, qualquer restrição parcial das atividades, sendo um instrumento incontornável para a sustentabilidade e sobrevivência do setor.

Os benefícios destas áreas estendem-se muito além da conservação dos ecossistemas, permitindo o aumento das populações de peixe, o crescimento dos volumes das capturas, o aumento da reprodução e o transbordo para as áreas circundantes.

Estando ciente dos desafios inerentes à transição e da importância que o setor da pesca representa a nível económico e social, o Governo Regional já se comprometeu com o estabelecimento de mecanismos de apoio à retração da atividade, garantindo que a transição seja justa e equitativa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* Muito bem!

O Orador: A proposta legislativa que apresentamos hoje não se limita à designação de novas Áreas Protegidas, ela prevê também o enquadramento jurídico robusto para a gestão da nova rede, incluindo planos concretos para a elaboração de uma estratégia de gestão de rede e dos respetivos planos de gestão e ordenamento.

Estes instrumentos serão fundamentais para garantir que não tenhamos apenas áreas no papel, mas que estejam efetivamente geridas e eficazes.

Um aspeto crucial da proposta é também o novo sistema de fiscalização e o seu regime contraordenacional. Este último passará do enquadramento da pesca para o enquadramento das contraordenações ambientais o que resultará em coimas mais elevadas, de um incentivo ao cumprimento da lei demovendo potenciais infratores.

Reconhecemos que a fiscalização adequada será um dos maiores desafios da implementação efetiva da "RAMPA", por isso intensificamos o diálogo com as entidades nacionais competentes, não só para o incremento dos meios de fiscalização tradicionais como também para alcançarmos uma capacidade de gestão, monitorização e fiscalização mais efetiva através de recurso a tecnologias inovadoras, meios de deteção remota e partilha de informação interagências.

Relativamente às Áreas Marinhas Protegidas Costeiras, atualmente enquadradas no Parque Natural de Ilha, o diploma prevê que a sua revisão esteja concluída no prazo máximo de três anos, através de um processo participativo costeiro que se iniciou em janeiro de 2023, as populações de todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores terão a oportunidade de serem ouvidas, de serem informadas e de tomar a decisão de acordo com os seus interesses.

Os Açores têm uma oportunidade única de se destacar como um exemplo nacional e internacional de liderança na proteção e gestão de recursos marinhos. É adicionalmente uma questão de urgência que nos remete para o supremo interesse da defesa da autonomia da Região Autónoma dos Açores.

A aprovação desta proposta não é apenas uma etapa para cumprir compromissos internacionais, mas um investimento no nosso futuro coletivo, é um passo decisivo para garantir que as gerações futuras possam continuar a beneficiar da riqueza do nosso mar. Estaremos a proteger não apenas ecossistemas únicos e espécies ameaçadas, mas também a fazer dos Açores um exemplo de gestão sustentável do recursos marinhos.

Um farol de esperança no mundo onde a proteção dos oceanos é cada vez mais escassa, mais urgente e mais necessária. Disse.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado. Estão abertas as inscrições. Tenho já a inscrição do Sr. Deputado Mário Tomé, do Partido Socialista, a quem dou a palavra.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Permitam-me, as Sras. e os Srs. Deputados dos diferentes Grupos e Representações Parlamentares e o Governo também e o Sr. Presidente da Assembleia, de lembrar nesta Casa outros tempos, outras épocas e outros momentos que fazem parte da história da pesca e que fazem parte da história dos Açores.

E para que a história não se repita, para que não aconteça aos pescadores açorianos da pesca artesanal e do atum o que aconteceu com os pecadores de baleia em 1984, que ficaram sozinhos, sem qualquer proteção, sem qualquer abrigo, e, digo que temos essa obrigação e o dever, e, para que a história não se repita, para que esta situação não volte a acontecer, neste caso concreto com a forma de um modelo de implementação das Áreas Marinhas e com os efeitos que poderão causar aos pescadores açorianos, às suas famílias e naturalmente a toda a fileira da pesca.

O Grupo Parlamentar do PS/Açores considera que teríamos aqui uma oportunidade única de estarmos na linha da frente, como sempre estivemos, na congregação da sustentabilidade das pescarias com a sustentabilidade ambiental,

isto é, e, citando um cientista açoriano: "a pesca não deve ser o centro da sustentabilidade, mas deve estar no centro da sustentabilidade", e, é por isso que temos assistido neste processo a uma preocupação desmedida do Governo dos Açores a ser o primeiro a implantar 30 % das Áreas Marinhas na nossa Zona Económica, sem olhar o princípio que devia salvaguardar ambas as partes, o meio marinho, as espécies piscícolas e os pescadores açorianos que são afetados com alargamento das Áreas Marinhas Protegidas em águas oceânicas.

Passados três anos do anúncio do Governo do alargamento de 15 %, como inicialmente estava previsto para 30 % de Áreas Marinhas a implantar, estranhamente não existem termos concretos e passados três anos, qualquer plano de restruturação da frota, quando o mesmo já devia estar pronto para fazer face às medidas que serão implementadas, e, anunciado várias vezes pelo Sr. Presidente do Governo.

Comprova-se que o Governo dos Açores está preocupado em ser líder de um pelotão em que estão inseridos países europeus com as frotas mais predadoras dos oceanos…

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Muito bem!

O Orador: … que pescam com arte de arrasto de fundo, com rede tresmalho fundeadas e com redes de cerco, que matam espécies juvenis, e, no entanto, o pescador açoriano, que sempre pescou de forma artesanal com linhas e anzóis, que sempre protegeu o mar que conhece, o seu mar, e, que respeita os seus recursos, pois é daí que retira o seu sustento sente-se desrespeitado e ofendido pelos seus valores não estarem a ser respeitados e assegurados aquando da tomada de decisões desta natureza e quando serão dos poucos a cumprir com as metas europeias de um mar imenso, mas simultaneamente curto para as pescarias tradicionais.

É por isso também que o Grupo Parlamentar do PS/Açores apresentará uma proposta de alteração ao diploma e para que nenhum pescador açoriano fique

para trás, com inclusão na proposta da "RAMPA" de um plano de restruturação da frota, que envolva medidas e financiamento para fazer face ás perdas que se irão verificar, à modernização da frota, à eficiência energética, à requalificação e formação profissional e ao reforço da fiscalização e monitorização da pesca.

Mas a questão que se deve colocar é a seguinte, como estão os nossos recursos, Sr. Secretário? Como estão os nossos bancos de pesca? Quais são as áreas de pesca, cujas espécies tem problemas? O porquê de ser aquela área e não a outra?

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Muito bem!

O Orador: Aonde estão os estudos científicos que habilitem tais decisões? E eu pergunto alguém conhece os trajetos dos VMes, movimento de embarcações permitem definir áreas de proteção de pesca? São estas e outras questões que devem ser esclarecidas não só ao Grupo Parlamentar do PS, mas a todos os açorianos!

A verdade, é que não se compreende que ao longo de três anos o Governo que tanto estudo tem encomendado para tudo e mais alguma coisa não tenha tido a capacidade de avaliar, estudar…

Deputado José Ávila *(PS)*: É verdade!

O Orador: … e planear quais os reais impactos económicos e sociais, que resultarão da consequência das medidas que irão afetar os pescadores e as suas famílias, que até ao momento ninguém sabe de nada, o que causa insegurança, instabilidade e incerteza económica aos pescadores e a todo o setor pesqueiro da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Não basta o Sr. Presidente do Governo anunciar e comprometer-se a proteger 30% do mar dos Açores neste momento, e não esperar por 2030 e que "não deixará ninguém para trás na comunidade", nomeadamente no campo piscatório, pois o que os pescadores açorianos não compreendem é a sua pressa de implementar já e agora 30% de áreas marinhas com 15% de proteção total a

chamadas zonas "No Take" ou de proibição total de pesca, quando o poderia fazer até 2030 e quando a própria meta europeia até 2030, são 10% de áreas totalmente protegidas.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, lamentamos profundamente a posição do Governo nesta proposta que revela, insensibilidade, desconhecimento e ingratidão, com a pesca do atum, com os armadores e pescadores destas espécies migratórias que percorrem o mar açoriano.

Recentemente e bem, o Governo que V. Exa. preside, apoiou a construção de uma nova unidade fabril de conservas na ilha do Pico, assim como tem recuperado os entrepostos frigoríficos da Região visando continuar a dotar a Região de capacidade de congelação e armazenamento para as pescarias de atum e outras espécies, que no entanto é com enorme perplexidade que assistimos à proposta expressa neste diploma, que não permite que os atuneiros açorianos exerçam a atividade da pesca em áreas de extrema importância na captura do atum, quer seja patudo, voador mas principalmente bonito, refiro-me concretamente aos bancos: Princesa Alice, Condor, D. João de Castro, Formigas e também a outras áreas propostas na "RAMPA".

Somente para informação estima-se que este ano capturou-se 1500 toneladas de atum bonito na reserva das formigas.

É difícil de entender esta decisão, dado que os pescadores açorianos, desde dos primórdios da nossa história sempre contribuíram para a sustentabilidade dos atuns nos oceanos, exercendo a pesca de forma sustentável, uma linha um anzol, e, permitindo que fosse definido um tamanho mínimo de captura de 10Kg, medida precaucionaria e única a nível mundial, ao contrário dos predadores dos oceanos que o fazem com redes de cerco com tecnologia avançada, não contribuindo para a sustentabilidade da espécie e continuam ano após ano a "delapidarem" os atuns nos oceanos e tudo lhes é permitido.

Não podemos aceitar que o Governo dos Açores continue a criar obstáculos e dificuldades à frota atuneira que já está presa por fio, fruto do aumento dos custos á produção, da indisponibilidade de quota de atum patudo, dos ciclos de menor ou maior abundância da passagem do atum bonito, da escassez de tripulações e no entanto quer o Governo, criar 15% de zonas totalmente protegidas as chamadas zonas "NO TAKE" não permitindo que os atuneiros exerçam a sua atividade nestas áreas em que não existem fundamentos científicos para tal decisão, sem perceber que irá "matar" a pesca do atum e toda a sua fileira com esta proposta.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS)*: Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, não sejamos mais papistas que o Papa!

E é por isso também que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará uma proposta de alteração na proposta da "RAMPA", em que permita única e exclusivamente que os atuneiros possam exercer a pesca dirigida aos atuns sem restrições na Zona Económica Exclusiva dos Açores (ZEE).

Com esta medida contribuímos para a sustentabilidade socioeconómica da fileira do atum e para a tradição cultural e geracional desta atividade artesanal da pesca. Disse.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

O diploma que nos traz aqui hoje o Governo é o agradecimento da Região Autónoma dos Açores ao Estado Português pelo tratamento que o Estado Português nos deu com "jeitos de polé" ainda esta semana.

Não fosse já tão grave a implementação de Áreas Marinhas Protegidas de 30 % para acudir à necessidade de o Estado Português cumprir junto da União Europeia com os compromissos que têm até 2030, esses 30 % representam mais de 50 % das áreas onde realmente é possível exercer a pesca na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Gualberto Rita *(PS)*: Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Mas peca mais, peca também por proibir a arte de salto e vara em algumas dessas áreas, sendo que, a arte de salto e vara é a arte mais ecológica, mais sustentável de todas as artes de pesca que são praticadas em toda a humanidade.

O trabalho que foi feito desde 1992, desde 1992, para afirmar a sustentabilidade da arte de salto e vara no Arquipélago dos Açores, no Golfo da Biscaia, no Arquipélago da Madeira e no Arquipélago das Canárias, que levou inclusivamente a maior parte da frota atuneira do resto do mundo e da indústria atuneira do resto do mundo a alterar o seu modelo de negócio para adquirir apenas atuns capturados com arte de salto e vara, ou seja, "dolphin safe", fica, agora, demonstrado que afinal não valeu de nada, o esforço que fizemos com o "Earth and Island Institute", com o POPA, com todos os programas de observação a bordo dos atuneiros para comprovar à comunidade internacional que nós éramos sustentáveis agora dizemos-lhes, não, afinal não somos sustentáveis, afinal não se podem pescar atuns nas Áreas Marinhas Protegidas, com uma agravante, o único predador que os atuns têm é o homem, não têm outro predador e, se não os capturarmos nessa zona eles vão delapidar outros recursos…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

O Orador: … que são fundamentais para outras espécies e até para outras pescarias, mas isso dava-nos aqui uma manhã inteira de debate.

Mas o grande problema deste diploma é que ele começa ao contrário, ele primeiro restringe…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Exato!

O Orador: … e depois vai-se ver como é que se vai resolver o problema das populações, e, isto, é que nós não podemos admitir, este diploma não pode vir acompanhado apenas das intenções que o Sr. Secretário ali disse ou das palavras vãs da Sra. Ministra do Ambiente. Esse diploma tinha que vir acompanhado de medidas estruturais para fazerem face à diminuição do esforço da pesca, que a frota pesqueira da Região Autónoma dos Açores vai ter que fazer a partir da sua aprovação, e, é por isso que ele não merece a nossa aprovação. É porque ele não encerra em si mesmo, além de outros problemas que tem, além de outros problemas que tem, por exemplo, não cria zonas marítimas protegidas…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

O Orador: … onde neste momento existem mais problemas de recursos na Região Autónoma dos Açores, mas isso também é "pano para outras mangas". O grande problema aqui é não acudir, primeiro salvaguardar a perda de rendimento dos armadores e dos pescadores com esse esforço que vão ter que fazer que são eles que vão ter que fazer mais ninguém lhes vai acudir, são os armadores e os pescadores que vão ter que fazer esse esforço de diminuição de mais de 50 % das suas áreas de pesca.

E, nesse sentido, Sr. Secretário Regional, eu lamento dizer, mas por mais que eu queira acreditar nas suas palavras e pelo menos nas palavras da Sra. Ministra do Ambiente, eu não acredito porque eu não tem razões para acreditar.

Presidente: Muito obrigado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima do CHEGA.

(*) **Deputado Francisco Lima** *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de começar aqui a explanar as nossas razões eu quero começar por dizer uma caricatura do que é a "RAMPA", normalmente temos rampas para subir e outras rampas para descer, eu acho que esta "RAMPA" leva-nos para descer para os infernos, levar a pesca para os infernos. E nisto eu quero referir aqui uma obra literária de Gil Vicente "O Alto da Barca do Inferno" em que só se salvaram cinco, o Parvo e Quatro Cavaleiros, ora o CHEGA tem cinco Deputados, eu posso fazer a figura do parvo e eles ficarem os cavaleiros e a gente talvez se salve nessa barca do inferno, que não sei se vão todos para a barca do inferno, se só vai alguns.

Mas falando sobre isso, e, numa forma mais abrangente, a Europa, ficou claro agora com o relatório Draghi, que somos os idiotas úteis, Portugal e a Europa, a Europa os idiotas úteis do mundo e nós os portugueses e os açorianos, os idiotas úteis da Europa, e, portanto, essa questão da sustentabilidade, quando se fala de uma pesca sustentável nós o que queremos é sustentar a pobreza, vamos dar aqui sustentabilidade à pobreza e sim, sim isto é tudo para o futuro, a gente quer saber é se no futuro, mesmo havendo pescado e peixe em abundância se vai haver pescadores, porque se eles pararem, se a gente desmantelar o tecido produtivo, imaginem uma fábrica quando vai à falência, a fábrica vai à falência, há venda judicial, quando alguém compra a fábrica acham que as máquinas que estão a trabalhar? O processo produtivo foi interrompido. Portanto vão por nas escolas pescadores, vão formar pescadores quando não há peixes nem área para pescar!?

E depois, lá está outra vez a questão do Gil Vicente, o inferno está cheio de pessoas bem-intencionadas, nomeadamente aqueles que não falam a verdade, e, coincidência ou não, a Sra. Ministra do Ambiente apareceu como por milagre, caiu do céu aqui nos Açores esta semana, provavelmente pela "RAMPA", já que não temos outros meios de transmissão, quer dizer, ela foi lá parar, não veio cá,

ah, e coincidência, depois de pagarem a dívida do Lorenzo, porque é que ela não apareceu antes quando o dinheiro não chegava à Região? Aí é que tinha sido interessante, ela aparecer e trazer o dinheiro, não, ela não apareceu antes porque tinha vergonha de por cá os pés. E claro, o Governo da República, esse Governo da República é fantástico, que tem grande confiança que os açorianos têm grande confiança nesse Governo da República e que o Governo da Região tem grande confiança nesse Governo, pelo menos é o que parece, mas também não parece, porque ainda esta semana ficou aqui claro em relação ao Subsídio de Mobilidade que o Governo da República, vou usar aqui um chavão, "não passa cartão ao Governo Regional", portanto, não quer saber e a gente se for ver a proposta do orçamento é uma desgraça para os Açores, praticamente são ignorados os nossos problemas.

E, portanto, o que é que nós estamos aqui a entregar à República, vamos antecipar as reservas e depois fazendo tudo ao contrário que é antes de ter um plano estratégico e identificar os problemas nós primeiro vamos proibir, vamos arranjar aqui as reservas e depois os pescadores lá que se amanhem, depois vamos lá atrás dos pescadores saber se algum sobrevive, vamos resolver o problema, porque os problemas são muitos, falta de mão de obra, e, porque é que há falta de mão de obra? Não é só por causa da questão dos rendimentos, é porque já foi aqui discutido, muitos deles estão nos cafés, mais de 4 mil jovens entre os 18 e os 64 anos podiam trabalhar e que não querem trabalhar, nomeadamente na pesca, porque o trabalho faz mal às costas e convém, até porque o hospital agora, o HDES está com problemas, se calhar de ortopedistas e fazer mal às costas é uma chatice.

O preço do gasóleo, plano estratégico onde é que está o preço do gasóleo para os pescadores? Que é mais caro que na Madeira, cerca de 20 cêntimos, as linhas de crédito, os nossos pescadores, por exemplo, os agricultores tiveram o SAFIAGRI, em que o Governo Regional pagou uma parte dos juros, onde é que

está um SAFIAGRI para as pescas? Onde é que está o rateio do POSEI para as pescas? Tem para a agricultura, os pescadores são inferiores aos agricultores? São filhos menores? É o que parece!

Os transportes aéreos, o pescado fresco é que tem valor, portanto, os transportes aéreos continuam a ser um uma fábrica de dor de cabeça, desde a exportação para países como Canadá, Estados Unidos, com os problemas da Azores Airlines, é um problema, o avião cargueiro privado já ameaça que vai parar, interromper a operação já no mês de novembro é um grave problema, e, portanto, nesse plano estratégico não existe, aliás, o Sr. Secretário teve a amabilidade de nos dizer que podia ir ali com os seus assessores em duas horas resolver o problema, entregar aqui um dossier, para inglês ver, não fez e a gente até agradece porque ia gastar aqui uma data de fotocópias e de papéis que só faziam mal à sustentabilidade ambiental.

Mas, eu ainda quero aqui referir outra questão, de onde é que é a raiz do problema? A raiz do problema foi que nós desmantelamos o nosso setor de pescas na década de 90 a troco de dinheiro basicamente e temos o quê? Temos os espanhóis, que têm aqui quotas, como por exemplo: atum-rabilho, podem pescar nos Açores atenção, nós é que não podemos, a quota de atum-rabilho de Portugal comparativamente com a Espanha, Espanha é 18 vezes mais, imaginem 18 vezes mais, do espadarte 15 vezes mais, por isso os nossos pescadores não vão pescar, mas os pescadores espanhóis podem pescar e até descarregar o peixe na nossa lota. E depois perante esse estado de coisas catastróficas, o CHEGA Nacional apresentou um Projeto de Resolução n.º 216 este ano, que recomenda ao Governo que priorize as negociações com a Europa, com as entidades, para o aumento das quotas de pesca portuguesas, assim como a profundas conversações com vista a criação de quotas específicas para as regiões ultraperiféricas, hei pá, eu agora olhei para aqui e vejo quem é que votou a favor? O CHEGA, quem é que votou contra? O PSD, o PS absteve-se.

É uma chatice, ou seja, nós ao fim ao cabo queremos proibir os nossos pescadores de pescar e também não queremos mais quotas.

Portanto, isto representa a confiança que a gente tem que ter no Governo da República, pelos vistos recomenda-se.

Mas, continuando, o preço mínimo de venda, já veio aqui a esta Assembleia a questão das margens de comercialização, mas há tempos o CHEGA, em jornadas parlamentares foi à Ribeira Quente e reparou, quer dizer, dito pelos pescadores, que há pescada a ser descarregada a 40 cêntimos, vale a pena ir para o mar, gastar recursos, combustível, ter a "Lotaçor", uma empresa altamente deficitária, mais valia, se calhar por 40 cêntimos a gente consegue exportar os calhaus do mar, não vale a pena e ficamos em terra, portanto, exportamos os calhões do mar.

E, portanto, eu sei que é uma medida aqui um bocado contra a economia de mercado, mas se calhar há que estipular preços mínimos de venda de algumas espécies.

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Isso é comunismo!

O Orador: É um absurdo, é um absurdo, as pessoas descarregarem pescado, sim o Sr. Deputado aqui está a falar da questão do comunismo ou do socialismo ou do liberalismo, a verdade não está só num lado e vamos ser honesto em relação a isso. E, portanto, em relação ao preço mínimo de venda é uma situação que acho que deve ser posta em cima da mesa, a venda em lota online ou venda eletrónica também só funciona na lota do Corvo e, portanto, a fiscalização do mar, a fiscalização do mar é outro problema, vão arranjar o quê? Dois ou três fiscais para andarem a perseguir os pescadores ou os poucos que ainda existem ou vão negociar com o Governo da República, como é que o Governo da República se vai comprometer a fiscalizar o mar dos Açores? Quando tem os barcos avariados, as curvetas a pegar fogo, os submarinos que não andam, o caos e a desorganização.

E, dito isso, o CHEGA vai ver se mais tarde ou mais cedo pode ir na Barca do Inferno, é inevitável porque isso vai ser uma imposição, vamos ver se a Barca do Inferno em vez de 2026 vai para 2030 e vamos ver, também, se na Barca do Inferno que todos temos que embarcar, se a gente pelo menos se salva. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado. Para intervir também no debate dou a palavra à Sra. Deputada Salomé Matos do PSD.

(*) **Deputada Salomé Matos** *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente o Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Estamos aqui hoje porque, contra aquelas também que são algumas adversidades que todos conhecemos…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quais são as adversidades?

A Oradora: …. o Governo Regional leva a cabo dar continuidade àquela que é a estratégia de valorizar e proteger o mar dos Açores.

Culmina num processo que é longo, que é complexo, mas que, com vista numa perspetiva de aprovação do diploma que hoje aqui vimos, caso aconteça, dá início a outra jornada exigente.

Esta iniciativa legislativa altera o Parque Marítimo dos Açores…

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Marinho!

A Oradora: … aprovado em 2021, sofre uma primeira alteração em 2016, e, já que estamos em matéria de puxar pela memória e o histórico que esta Casa tem, a verdade é que em ambas estas duas situações, quer em 2011, quer em 2016, esta Assembleia aprovou por unanimidade documento igual…

Deputado Carlos Silva e Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Igual não é!

A Oradora: …, documento com os mesmos propósitos, hoje muito mais ambiciosos, na verdade, é verdade não é igual, são muito mais ambiciosos, e, portanto, diz muito…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Diz a forma como o Governo conduziu o processo!

A Oradora: … dos seus intervenientes à data. O consenso parlamentar obtido por duas vezes não só revela a importância que este documento encerra, como a mensagem que se quer passar, em 2024 com toda a informação que conhecemos aos dias de hoje e com o imperativo legal que já aqui foi sobejamente e ao longo de muito tempo explicado não deveria ser diferente.

Decorreram 13 anos, desde a aprovação do Parque Marítimo dos Açores…

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Marinho!

A Oradora: …, e, portanto, era… Marinho dos Açores…, era óbvio que este desafio se viria a impor, alargar Áreas Protegidas para zonas que estão identificadas como sendo vulneráveis, salvaguardando os recursos, como todos sabemos são frágeis são finitos e sem descurar aquilo que é a possível exploração económica, infelizmente este raciocínio não tem sido feito.

O Sr. Deputado Mário Tomé traz-nos uma perspetiva, levantando alguma desconfiança relativamente a como este processo é feito, são conhecidos, é público, estão publicitadas como é que o processo decorreu, baseado em conhecimento científico, não temos dúvida, resultou de um processo participativo inédito, onde se pretendeu obter consensos, …

Deputado Carlos Silva (*PS*): Onde é que foram esses consensos?

A Oradora: … obviamente que são, e, isso foi ao longo de tantos convidados que ouvimos sobre esta matéria, nunca se teve a expetativa de que iria haver uma unanimidade, portanto, tentou-se obter o melhor consenso entre todos.

Dezoito meses, 40 reuniões, 17 representantes de diversos setores que tenham interesses, competências na matéria das áreas oceânicas e, portanto, o processo foi transparente.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não foi, não!

A Oradora: Este processo partiu e partiu efetivamente a base, porque também não sabemos bem o que é que os Srs. querem.

Se alguém faz dentro de um gabinete à revelia é mau porque não foram consultados, se se abre o debate a todas as pessoas que se sentam à volta da mesma mesa…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Tivemos agora duas petições que desmentem a Sra. Deputada!

A Oradora: … a discutir e a redesenhar também não está bom. Efetivamente todos. E, portanto, nomeadamente vou-me referir a dois que eu acho que falam por si só, houve o consenso de todos os participantes, que numa fase inicial se sentaram à mesma mesa, de atingir 100 % dos ecossistemas vulneráveis, …

Deputado José Ávila *(PS)*: A senhora sabe que isso não é verdade! Tenha paciência!

A Oradora: … marinhos vulneráveis, (o Sr. sabe, o Sr. sabe), e 75, quem nos disse foram as pessoas que lá tiveram, o Sr. Presidente da Federação e tantos outros que legitimamente lá estavam.

Obviamente que não é possível proteger 100 % dos ecossistemas marinhos se delinearmos Áreas Marinhas Protegidas em cima de nada, se não as desenharmos em cima de ecossistemas marinhos.

Falamos de Áreas Marinhas Protegidas, falamos da sua importância, dos impactos.

Ao longo de todos estes meses a conversa tem, naturalmente e compreensivelmente uma tendência para se focar exclusivamente no setor das

pescas, eu acho importante realçar que as Áreas Marinhas Protegidas não são mecanismos de gestão de stocks…

Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*): E isso não é um mecanismo de gestão? É exatamente a mesma coisa.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É para acabar com as pescas!

A Oradora: … por si só dos recursos, não são por si só, não só, são ferramentas que permitem proteger os ecossistemas quando, perspetivando no futuro exatamente o contrário, aumentar a biomassa.

A par das pescas temos muitos outros usos que sentaram à mesma mesa e que têm de coabitar, é inevitável, todos têm de coabitar e dividir, o mar não é das marítimo-turísticas, não é dos pescadores, o mar não é do Governo Regional…

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Não é do Governo Regional, disse muito bem! É de todos!

A Oradora: …não é dos comerciantes, é de todos. Depois há outras realidades que também têm de ser consideradas, há estudos científicos e temos empolado ao longo do tempo…

Deputado José Ávila *(PS)*: A senhora votou contra as audições!

A Oradora: Ó Sr. Deputado José Ávila, nós ouvimos dezenas de convidados, onze convidados, vários pareceres, não, não, o que o Sr. e o seu Grupo Parlamentar queriam era repisar um assunto que estava faltando ao respeito de quem…

Deputada Andreia Cardoso (*PS*) –Não, era falar sobre o que está aqui em debate hoje.

A Oradora: … é ouvido há trinta dias sob pena de terem mudado de opinião, mas as pessoas não mudariam de opinião, ouvimo-los, tivemos a oportunidade de considerar a opinião das pessoas, alguns deles trinta dias depois de os termos ouvido, as pessoas não mudam de opinião e nós consideramos todos.

Há outras realidades que devem ser consideradas, há estudos científicos e temos falado tanto da ciência, sempre uma desconfiança de que a ciência talvez não subscreva.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E não subscreve mesmo! Não é talvez, é não subscreve!

A Oradora: Há realidades em que inclusive não se registou decréscimo das capturas, mas assumindo que as há, como este Governo Regional já assumiu, também já assumiu que irá haver compensações.

Uma coisa é certa e não é de agora, em 2019, os responsáveis por esta tutela diziam que as reservas marinhas funcionam como maternidades e como sítios de exportação de peixes para áreas adjacentes e, portanto, também são importantes para a pesca.

Perguntava ao Sr. Secretário, quando tiver oportunidade de responder, se há conhecimento científico há data de hoje que nos leve a crer que esta situação não é uma realidade.

Também, em 2019, e quem, e muito bem, em boa hora deu início a este processo alegava que a interdição de pescas em determinadas zonas mais fragilizadas permitiria repovoar e recuperar estas comunidades.

A ciência trabalha há muito tempo nesta matéria, tem um conhecimento de muitos anos, e, provavelmente, só os Governos Regionais começaram-se a preocupar com esta matéria muito depois dos cientistas terem começado a preocupar.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Isso não é verdade!

A Oradora: E há muita argumentação de que o setor das pescas vai ser, de forma danosa e irresponsavelmente afetado, cria discordâncias, separa o setor, põe em condições diferentes de que determinadas atividades não extrativas mais contemplativas são de somenos importância e que elas também por si só não contribuem para a economia da Região.

E, portanto, relativamente à questão que se levanta da riqueza do mar dos Açores, lembrava que não há muitos meses um reputado cientista, o Sr. Presidente do IMAR, dizia que os Açores são a Região do País que menos valor produz a partir do mar, quando comparado com a Madeira ou com o continente. E, portanto, perguntava a quem se opõe e critica este processo se é nessa realidade que quer continuar a viver? Nós ouvimos, inclusive nas audições, as próprias associações de comerciantes a defenderem aquilo que é a sustentabilidade do setor e darem um privilégio à qualidade e à excelência e não à quantidade. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa tem mais uma inscrição, na circunstância, o Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda, mas considerando que estamos apenas a dois minutos da nossa hora regimental, creio ter a concordância do Plenário para interrompermos aqui para almoço, retomando os trabalhos às 15h00, precisamente com essa intervenção do Bloco de Esquerda. Muito obrigado, bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Eram 15 horas e 02 minutos.

Neste momento o Deputado Luís Garcia reocupou o seu lugar na Mesa

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo. Vamos dar início aos nossos trabalhos. Quando

encerramos os nossos trabalhos para almoço estava inscrito o Sr. Deputado António Lima a quem dou a palavra, faça o favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A criação de Áreas Marinhas Protegidas é um objetivo essencial para a sustentabilidade ambiental, mas também para a economia ligada ao mar e para as populações que dela dependem.

Estamos convictos desse objetivo de proteger os oceanos, porque proteger os oceanos é ter mais garantias que para o futuro teremos não só um oceano mais sustentável, mais preservado nas suas diversas dimensões, na biodiversidade, no património geológico, no património biológico, em todo o potencial que o oceano tem também, na economia tradicional, nas pescas, nos novos usos do oceano, nomeadamente ligados ao turismo e também naturalmente em usos que podem efetivamente ter também um futuro nos Açores, como por exemplo, a biotecnologia.

Ora esses diversos interesses, essas diversas perspetivas no que diz respeito à economia ligado ao mar, têm que ser compatibilizados da melhor forma, e, esse, não é, nunca será, um processo fácil.

Mas ele tem que ser o mais justo possível e é por isso que, em primeiro lugar para ser justo ele tem que ser democrático, tem que ser participado e tem que gerar apoio em todos os setores. Certamente que há setores em que o apoio às Áreas Marinhas Protegidas é muito fácil, porque efetivamente beneficiam de quanto maior for a proteção à atividade extrativa melhor poderão exercer a sua atividade, são os setores nomeadamente ligados à observação, ligados ao turismo, porque efetivamente beneficiam desse grau de proteção.

Todavia não nos podemos esquecer dos setores que dependem efetivamente de uma atividade extrativa, tradicional, com forte implantação social e local nos

Açores, como é a atividade da pesca e, naturalmente, depois as atividades correlacionadas.

Por isso é fundamental neste processo, seja neste que estamos agora a discutir no que diz respeito à criação de novas Áreas Marinhas Protegidas Oceânicas, seja no que respeita, ainda com mais cuidado, no que diz respeito às Áreas Marinhas Costeiras, e, não estando aqui em debate ainda a criação de novas Áreas Marinhas Protegidas Costeiras, não posso deixar de dizer que esse processo tem que ser diferente e tem que ser diferente para melhor, porque o impacto potencial na atividade da pesca é muitíssimo superior ao que estamos aqui a falar, porque apesar de tudo as Áreas Marinhas Oceânicas, a grande maioria delas, pelo menos as mais extensas que estamos a falar, situam-se em zonas de enorme distância à costa e que obviamente para a qual grande parte da nossa frota não tem acesso, grande parte, mas não na totalidade como é óbvio.

E por isso no que diz respeito às Áreas Marinhas Costeiras o processo tem que ser outro, tem que ser diferente e não pode ser imposto de cima para baixo e muito menos de fora para dentro, tem que ser um processo de base em que os pescadores sejam os principais envolvidos neste processo, têm que ser os principais envolvidos, porque o impacto nas suas vidas, no seu rendimento é o mais sério.

Nós, com esta proposta, encontrámos virtudes certamente na proposta, encontramos problemas, não é perfeita, longe disso, o processo está longe de ter sido o melhor, já o dissemos por diversas vezes durante esta semana nos diversos debates que já tivemos com assuntos relacionados ou com este assunto.

É por isso que nesta intervenção gostaria também de dizer que, para além de propostas de alteração que já deram entrada, o Bloco de Esquerda também apresentou propostas de alteração sobre vários aspetos, em primeiro lugar aspetos no que diz respeito à criação da Autoridade de Gestão e Conselho Consultivo das Áreas Marinhas Protegidas, da Rede de Áreas Marinhas

Protegidas, porque é nosso entender, uma autoridade com autonomia administrativa e financeira, que desconheço como será, desconheço e neste momento não existe e é por isso também que consideramos que era um assunto que deve ser decidido no Parlamento.

Por outro lado, o sistema de execução e financiamento da Rede de Áreas Marinhas Protegidas, matéria também da maior importância.

E finalmente, uma matéria que, deixando para o fim, é talvez para nós a mais importante e a mais urgente de salvaguardar neste debate, pese embora o compromisso do Governo assumido pelo Sr. Presidente e o compromisso da Sra. Ministra, relativamente ao financiamento de compensações aos pescadores, consideramos que mais do que o compromisso é preciso legislação, e, os possíveis apoios a existir no que dizes respeito às consequências e à perda de rendimento devido à criação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas não só deve estar salvaguardado no Orçamento, como a forma como este apoio é atribuído e a quem é atribuído deve ser discutido neste Parlamento, aprovado neste Parlamento, porque isso é garantia de que as partes interessadas serão ouvidas, porque o Parlamento ouve toda a gente, sem excluir naturalmente, um processo de negociação que o Governo pode e deve proceder previamente.

É por isso que estas são propostas de alteração que colocamos a debate e elas são importantes, porque quando se quer efetivamente que esta proposta tenha o maior apoio possível e tenha consensos é preciso que esses consensos também tenham abertura da parte de todos e é preciso também dar garantias a quem vê o seu futuro com maior incerteza do que muitas vezes já é. É muito mais do que razoável que este assunto, que a compensação aos pescadores com eventuais perdas, seja debatida aqui neste Parlamento e seja entregue neste Parlamento antes da entrada em vigor desta proposta que é aquilo que propomos. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Em conversa nos bastidores ainda havia algumas pessoas que questionaram qual era a posição do PAN, relativamente a esta medida ou relativamente à proteção mínima de 30 % das Áreas Marinhas Protegidas, e, eu quero que esta Mesa se recorde de há um ano e meio houve uma proposta conjunta da parte do PAN e do Bloco de Esquerda relativamente à mineração do mar profundo e havia uma alínea de que seria mesmo a criação do mínimo de 30 % de Áreas Marinhas Protegidas da nossa Zona Económica Exclusiva e a pedido do Sr. Presidente é que foi retirado para que a sociedade civil fosse ouvida e que houvesse um tempo da sociedade civil para se adaptar no mínimo possível àquilo que seria um desígnio da própria Região e daquilo que nós temos que acompanhar da União Europeia e porquê tão cedo? Porque também temos de dar uma resposta não só à União Europeia, mas aos outros países, não temos que esperar até ao limite, podemos ser um exemplo. E por isso sou favorável a esta iniciativa, não é a iniciativa que eu esperava na sua totalidade, acho que, ao contrário do PS, do CHEGA e do IL, acho que é demasiado suave, se fosse o PAN ia ainda mais longe, obviamente que até achei um exagero da parte do Sr. Deputado Mário Tomé a comparação com a pesca baleeira e com aquilo que nós estamos a falar agora, apesar de ter sido um sucesso na altura, não para todos, mas a nível global para a Região, até demonstrou que o aumento do PIB pelo avistamento seria bem maior…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Mas não é isso que está em causa! O que está em causa foram os apoios!

O Orador: … do que a própria pesca à baleia, e, temos que obviamente, evoluir e era uma obrigação também que tínhamos que fazer nos Açores.

Nem todos os países fizeram, como nós sabemos, mas, e, aqui há duas situações que para nós é bastante premente, primeiro seria obviamente a fiscalização e ter que haver uma articulação bastante robusta da parte da Região Autónoma dos Açores, no nome do Governo, relativamente às nossas forças marítimas, porque estamos a ver que poderá complicar bastante esta iniciativa a nossa pretensão, porque a nossa fiscalização é muito redutora comparativamente com aquilo que nós desejaríamos, obviamente, e, esperemos que da parte da República tenham mais atenção àquilo que é uma Zona Económica Exclusiva brutal, enorme e muito dificilmente conseguiremos fiscalizar da forma que queríamos.

E depois obviamente tem que haver uma medida de mitigação aos pescadores porque também foi já prometido, obviamente, não está versado nesta iniciativa que nós estamos a falar e também acompanho o Bloco de Esquerda, eu acho que devia estar escrito porque aí daria mais força e mais confiança por parte dos pescadores. Mas também informar esta Mesa que o mar é dos Açores, dos açorianos, mas não é só dos pescadores, também temos as empresas marítimo turísticas que beneficiam bastante com esta medida apesar dos pescadores obviamente não serem beneficiados, mas se não são beneficiados nós temos a obrigação obviamente de mitigar essa diferença porque senão vamos ter uma grande dificuldade com os nossos pescadores e obviamente o próprio PAN e também já tive em várias reuniões com pescadores que sem essa medida será muito, muito difícil para não dizer impossível, para os nossos pescadores terem uma subsistência que seja justa e seja digna. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS é favorável a esta proposta do Governo para a implementação, para a ampliação das Áreas Marinhas Protegidas no nosso mar dos Açores.

Somos favoráveis porque temos a perfeita consciência de que há data de hoje a biomassa disponível, ou seja, a quantidade, a dimensão dos peixes existentes no nosso mar, é menor do que aquela que existia há alguns anos e, portanto ao definirmos um aumento das nossas Áreas Marinhas Protegidas estamos a salvaguardar o nosso presente e estamos a salvaguardar o nosso futuro, o futuro dos nossos filhos, o futuro dos nossos netos, temos aqui uma oportunidade única de sermos líderes, líderes nacionais, sermos líderes europeus e, sabemos que a liderança pelo exemplo é uma liderança forte, é uma liderança que não pode ser contestada.

E nós neste momento, e muitas vezes nos queixamos, de que já começamos a ter muitos turistas, de que começamos a ter alguma dificuldade no acesso aos voos para podermos viajar como viajávamos, com mais conforto há uns anos atrás, se nós hoje temos esse aumento do turismo deve-se ao reconhecimento dos Açores, sobretudo pela sua qualidade ambiental e o mar é um desses componentes fundamentais da nossa qualidade e do reconhecimento da qualidade ambiental dos Açores.

E, portanto, temos que preservar esta nossa riqueza, não temos petróleo, não temos outros minérios que possamos explorar, mas temos a biomassa, temos a biomassa e, portanto, esse, nesse momento, é que é o nosso petróleo e o nosso ouro, e, portanto, devemos protegê-lo.

Deputado José Pacheco *(CH):* É verdade!

O Orador: E, portanto, obviamente que somos favoráveis a esta proposta do Governo, não nos incomoda o processo que conduziu até hoje, até à materialização desta proposta para a nossa análise, porque temos a perfeita consciência e já aqui foi afirmado e também foi afirmado nos trabalhos da

Comissão Parlamentar, não só pelos representantes do Governo, mas pelos representantes do setor que foram ouvidos no âmbito desta iniciativa mas também das petições que analisamos ainda esta manhã, de que este, processo foi altamente participado, foram mais de três anos, foram mais de 40 reuniões, está aqui um trabalho exaustivo que começa na ciência, envolve os parceiros, os das pescas, os das marítimo turística, todos! E todos puderam participar, é um compromisso, obviamente que haverá pescadores descontentes, haverá operadores turísticos descontentes, seguramente, seria difícil conseguir contentar todos, é um compromisso.

Desde 2011 que o Grupo Parlamentar do CDS está ao lado da proteção do mar dos Açores. A primeira proposta, na altura era Governo o Partido Socialista, em 2011, foi aprovada por unanimidade também com os votos do CDS, a revisão de 2016 foi aprovada também por unanimidade nesta Casa com os votos do CDS. E, portanto, mais uma vez estamos ao lado do futuro, estamos ao lado da preservação dos nossos recursos, da preservação do nosso ambiente e estamos ao lado da liderança ambiental pelo exemplo. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, faça favor Sr. Presidente.

(*) Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A temática que é debatida neste Plenário da Assembleia Legislativa e nesta semana é central, não apenas para os Açores, como, e, sobretudo, para a

humanidade, para a vida humana, a vida animal, a vida vegetal no planeta, e, é por isso que o tema central, designadamente nesta estruturação do Parque Marinho dos Açores, tem como causa central o mar, a biodiversidade, a conservação e a qualidade da economia azul no quadro também da economia do mar que nos deve fazer prevalecer.

É, pois, recentrar o debate, a reflexão e a decisão nesta causa primeira, o mar a biodiversidade, a qualidade da vida humana, animal e vegetal no planeta.

O outro dado é um dado de caráter autonómico e que eu quero sinalizar, ou nós tomamos a dianteira decidindo sobre o que é nosso e o nosso futuro ou então estaremos submissos à decisão inadiável de outros…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: … da República ou mesmo da União Europeia. Não se trata, pois, de uma mera cronologia, trata-se sim de uma atitude liderante, de assunção de poderes, de responsabilidade na afirmação do prestígio global da capacidade autonómica decidir sobre o seu bem maior, porque somos mais mar do que terra e porque temos influência na dimensão marítima que somos, nas decisões do País da União Europeia e globais.

E, portanto, quero que saiba, o Parlamento, os açorianos e as açorianas, todos os operadores da economia azul e da economia do mar, que estamos a favor da salvação do nosso mar e do papel que o mar é para nós na reflexão sustentabilidade, económica, social e ambiental e, portanto, também para a atividade económica associada ao uso do mar nós temos sensibilidade e a estratégia para definir.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É, pois, este o quadro da reflexão e da decisão parlamentar.

Se é certo que nesta centralidade da temática e da decisão que a Região Autónoma dos Açores, através do seu Parlamento e sob o impulso do Governo dos Açores, toma uma decisão que prestigia os Açores, prestigia a autonomia, eu creio que é mais próprio, já que aqui se sinalizou de forma literária, a Barca do Inferno, eu evocar Camões a propósito dos "velhos do restelo".

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Há, efetivamente uma postura que para nós é mais compatível com a realidade e a dimensão desta deliberação, uns estarão do lado errado da decisão e na relação intergeracional relativamente a estas medidas e outros estarão do lado certo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* Muito bem!

O Orador: É, pois, inadiável, é, pois, convicto, que apelo a que haja um esforço para o consenso e para a participação tendencialmente unânime.

Deputado António Lima *(BE):* Tendencialmente unânime!

O Orador: É que nós estamos a definir as Áreas de Reserva Marinha, esta é uma fase de definição, e, esta definição teve um processo, um processo de diálogo participativo…

Deputado José Ávila *(PS):* Não é verdade! Não é isso que eles dizem.

O Orador: … que permitiu, com provas e factos, a participação de todos os *stakeolders* nesta matéria, onde os interesses são naturalmente conflituantes.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não, não! Não são conflituantes!

O Orador: E por isso é preciso a ponderação destes interesses. Ora este processo não pode obviamente ter uma observação de árvore, mas sim da floresta, não pode ter a dimensão do pequeno interesse, mas a dimensão da grande causa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E é assim que eu, em nome do Governo, me movo. Mas quero igualmente assumir, enquanto Presidente do Governo e em nome do Governo no seu todo, em nome da Região, é de que, quando a segunda fase, que é assim o silogismo, primeiro a causa, depois então, e, da definição do Parque Marinho dos Açores, as formas de gestão numa cronologia que envolva a defesa dos interesses que podem ser do momento ou de intergeracionalidade. O de intergeracionalidade é inequívoco, o da causa é inequívoco, proteção, conservação do mar, o nosso maior ativo…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … do presente e do futuro, a autonomia, o prestígio da Região nas suas decisões com impacto global, tem de ser no tempo certo, na liderança pelo exemplo.

Mas ainda assim, admitindo que os interesses, têm toda a legitimidade de serem cuidados, pois então que seja na fase dos planos de gestão e seja nesta cronologia…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Fora do Parlamento!

O Orador: … que assumamos um compromisso, o compromisso de garantir que a atividade económica, economia extrativa da qual não podemos prescindir também no uso do mar no quadro da economia azul possa ser compatível com a perenidade da pesca nos Açores e no nosso mar. E é certo que estamos a fazê-lo numa área, como aqui foi bem-dito pelo Bloco de Esquerda, numa área da definição destas áreas do Parque Marinho em *offshore* e, portanto, apesar de tudo menos penalizante para a dimensão real da nossa atividade piscatória.

Mas estamos a fazê-lo com outro dado que é essencial e do qual nós não prescindimos, é com base na ciência, com os dados da ciência, a própria gestão da biomassa a ser capturada está definida com competência da União Europeia através da atribuição de quotas. E para gerirmos, naturalmente, a nossa capacidade e a sustentabilidade da nossa economia das pescas, ela tem, com base em dados científicos, muitas vezes o exercício do diálogo, da concertação para definir a dimensão das quotas, a dimensão da preservação, a dimensão de política de reestruturação da arte das pescas e da capacidade predatória ou não que temos que instalar na nossa economia.

E isto é um compromisso que deixo, em nome do Governo ao CHEGA…

Deputado António Lima *(BE):* Ao Chega?!

O Orador: … e a toda a oposição que fala disso, a todos, a todos. Eu falei no CHEGA, porque o CHEGA entendeu fazer uma abordagem…

Deputado Pedro Neves *(PAN):* Porque o CHEGA não é oposição!

O Orador: … relativa… Não! Mas, o que eu quero dizer é que aqueles que reclamam sobre a defesa da atividade devem ter tranquilidade, toda a oposição, a tranquilidade, que faremos exatamente com auscultação da Assembleia Legislativa, com o diálogo participativo, exatamente um processo de gestão das Áreas de Reserva Marinha compatível com o equilíbrio entre a preservação e a atividade com a nossa característica, …

Deputado Mário Tomé *(PS):* Claro e isso é muito importante!

O Orador: … e, por isso eu quero dizer, daí a referência ao CHEGA, que não se trata de uma Barca do Inferno, trata-se, isso sim, de um rumo acertado para o prestígio dos Açores e da nossa autonomia, sim, e, faz sentido alegarmos então a postura de "velho do restelo" ou aqueles que desbravaram o mar e trataram do futuro auspicioso para o nosso País.

É esta a perspetiva que eu defendo de traçarmos um futuro auspicioso para a nossa autonomia, para o domínio do nosso mar, …

Deputado Nuno Barata *(IL):* Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!

O Orador: … para as competências autonómicas que nós desenvolvemos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Aos *stakeholders* da economia azul e da nossa economia do mar a garantia que cuidaremos dos seus interesses, não só de hoje ou de amanhã, mas de um largo futuro para as novas gerações, é que se não preservarmos hoje a biomassa ela extingue-se e tem a ver exatamente com outra fábula da nossa riqueza sábia popular: "*não mataremos a galinha dos ovos de ouro*", queremos manter os ovos de ouro na nossa riqueza e na nossa economia marítima.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E por isso estamos a tratar a tempo e com tempo esta solução.

E às novas gerações, que tenham confiança nesta governação porque cuidaremos da vossa sensibilidade pela sustentabilidade ambiental e na defesa do nosso mar, nos Açores, no País, na Europa e no mundo.

Deputado Nuno Barata *(IL):* As novas gerações já perderam!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo. Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É preciso deixar aqui, ou tornar bem claro e evidente, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é, por princípio, favorável ao alargamento das Áreas Marinhas Protegidas na Zona Económica Exclusiva dos Açores, e, isto é preciso que se afirme aqui e que se dê nota clara e evidente de que esta é a nossa postura de princípio.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Fico satisfeito por isso.

A Oradora: Dito isto há, contudo, muitas questões, Sr. Presidente do Governo, que estão e permanecem após a sua intervenção sem resposta, porquê estas áreas e não outras Sr. Presidente? Que objetivos pretendemos alcançar com a proteção destas áreas em concreto? Medidas precaucionarias, Sr. Presidente do Governo, com certeza que sim, medidas precaucionarias e volto a repetir, com certeza que sim, passando por Áreas Marinhas Protegidas, com certeza que sim. Reafirmamos aqui o nosso compromisso, mas há aqui uma questão, se nós não queremos que estas sejam apenas reservas no papel…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … é preciso que tenhamos em consideração os vários interesses em presença. Desde logo, que este processo, não é uma questão processual, mas todo o caminho que foi feito até agora ignorou, ou pelo menos não considerou, devidamente o setor das pescas e a comunidade científica açoriana, e, isto é um aspeto determinante.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Rui Pinho):* Isso é falso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Há de facto aqui um aspeto que nos diferencia, Sr. Presidente do Governo, nós não entendemos que o interesse do setor das pescas e que o interesse da comunidade científica, seja conflituante com o interesse do Governo ou dos Açores, nós entendemos que são interesses coincidentes…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

A Oradora: …, mas que precisam necessariamente de ser consensualizados, coisa que, como é evidente pelas duas petições que antecederam este debate, não aconteceu.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista assumiu desde a primeira hora…

Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Rui Pinho):* Então um peticionário é um cientista minha senhora?!

A Oradora: … que se comprometeu com o alargamento ainda, nos idos anos de 2015, com o alargamento das Áreas Marinhas Protegidas e assumiu desde logo que necessariamente este processo tinha que ser consensualizado e participado por todos os *players* envolvidos.

Nos últimos três anos e meio vimos alertando que, havia queixas do setor da pesca de falta de envolvimento e de esclarecimento e de transparência do processo, que a comunidade científica açoriana foi afastada deste processo, coisa que é completamente indesculpável, e, passado três anos e meio, chegados aqui hoje perante um debate da importância deste, talvez não tenhamos nenhum tão

importante nesta legislatura quanto este, continuamos sem respostas que são essenciais e essas respostas não são para nós que estamos aqui sentados…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … claro, com certeza que sim, porque vamos tomar decisão, mas são respostas que tinham necessariamente que ser dadas à comunidade científica e aos pescadores a todos os pescadores da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Sr. Presidente do Governo, dizer que é a seguir, é já agora a seguir com os planos de gestão que tudo isto será esclarecido será tarde demais, infelizmente neste momento será tarde demais, nós devíamos estar aqui hoje, a fazer este debate, sendo conhecedores desde logo, do plano de restruturação para o setor da pesca.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Onde é que está este plano? Continuamos sem este plano. Para nós isso é imprescindível, eu diria que é uma linha vermelha neste debate, ou seja é imprescindível que, seja assumido um compromisso firme com este setor aprovando aquilo que foi a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de apresentação por parte do Governo, cento e vinte dias após a publicação das Áreas Marinhas Protegidas, da "RAMPA", que seja apresentado a este Parlamento e que seja analisado na comissão competente esta matéria, que é uma matéria determinante para o futuro do setor das pescas.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Há aqui um aspeto que tem que ficar claro, o Partido Socialista não será bengala dos coveiros da pesca nos Açores, não seremos!

Deputado Mário Tomé *(PS)* e **Deputado José Ávila** *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Temos feito um esforço, que não pode ser negado por nenhuma das pessoas aqui em presença, toda esta semana e na semana que antecedeu, de consensualização, mesmo assim de minimização dos danos que esta iniciativa pode causar em toda a fileira da pesca na Região Autónoma dos Açores, a abertura tem sido, digamos que, pouca ou mesmo nenhuma.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

A Oradora: É importante, e, nós estamos disponíveis, para que até ao fim deste debate isso ainda seja possível, …

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … mitigar os prejuízos que esta iniciativa pode causar num setor que é determinante para a nossa Região.

Ainda outro dia ouvia alguém da comunidade científica da Região que dizia que as pescas são a nossa cultura, são a nossa identidade, como é que podemos tomar uma decisão destas de costas voltadas para a pesca? É impossível! É impossível!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Sr. Presidente do Governo, eu lamento, mas não há lados certos ou lados errados, não há lados certos ou lados errados numa discussão com esta natureza.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS)* e **Deputado Mário Tomé** *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Aliás, partindo do princípio de que há lados certos ou lados errados e partindo do princípio de que há interesses conflituantes, é meio caminho

andado, senão muito mais de meio caminho andado, para que tudo corra mal nesta discussão e nesta votação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai terminar dizendo, que os pescadores não são o centro deste debate com certeza que não, mas os pescadores têm necessariamente que estar no centro deste debate.

Deputado Mário Tomé *(PS)* e **Deputado Gualberto Rita** *(PS)*: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quando é que não estiveram?!

A Oradora: Nós só admitimos participar deste processo se os pescadores tiverem no centro deste debate quando não estiveram de facto até agora. Muito obrigada.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** *(CH):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Isso já não parece a "Barca do Inferno", isso parece uma canoa mal dirigida.

É verdade os pescadores têm que ser o centro do debate, têm que ser! Porque são os principais afetados, não há outros, querem pôr o quê? Os lavradores? Os marítimo-turísticos? Quem é que querem pôr aqui? Quem é que vai ser o mais importante? São as pessoas o mais importante! Nós estamos aqui eleitos pelas pessoas, em prol das pessoas e por causa das pessoas, nós temos que discutir as pessoas!

E, o CHEGA, as dúvidas, as questões que levanta quanto a isto é em nome das pessoas, porque são as pessoas que nos dizem, são as pessoas que nos dizem.

Nós concordamos, a proteção do meio ambiente, Sr. Presidente fale com qualquer pescador, eles são os primeiros a dizer: sim, temos necessidade de proteger, sim, se calhar temos que arranjar mecanismos de pesca que não limpe o nosso mar, sim! Mas que mar é este? De quem é este mar? Quem é que manda neste mar? Eu há bocadinho ouvia uma um aparte, "ah a União Europeia é que disse que tinha que ser assim", ou seja, na nossa casa nós não mandamos, no nosso mar nós não mandamos, nós podemos fingir que vamos mandar e tanto é verdade que nestas dezenas de anos os espanhóis pescam com regras diferentes ao lado dos açorianos. Nós podemos dizer o que quisermos, nós podemos inventar o que quisermos, a verdade é que o grande sempre comeu o pequenino, e, neste caso somos o pequenino.

O querermos ser os bons alunos, o dar o passo em frente, para já é preciso a bênção de "São" Montenegro, ele vai ter que benzer isto tudo.

Eu acho Sr. Presidente, que nós não vamos conseguir, eu compreendo a boa vontade e eu compreendo, compreendo! Legitimamente compreendo, compreendo que temos que proteger o nosso mar, mas no fim do dia eles é que mandam, no fim do dia são eles que dizem como é que vai ser.

E mais! E mais! O Sr. sabe que é verdade, porque já lhe disse, nós precisávamos de ter um plano para a pesca e foi isso que nós dissemos terça-feira, já estamos na quinta, meras palavras, e, tenho até o Sr. como um homem sério, mas pronto, não serve para isso.

Nós precisamos, como São Tomé, temos que ver o sangue nas mãos, temos que ver a ferida e os pescadores o que dizem, vocês prometem, prometem, prometem, são todos iguais, dói muito quando me dizem isto, são todos iguais, e, aqui o CHEGA o que disse na "Barca do Inferno" ou na canoa mal amanhada, é que não somos todos iguais, enquanto não virmos, com verdade, com certeza de que

as coisas vão sair, que o dinheirinho ainda vai estar na palma da mão, não é como o POSEI, que isto é só, diz-se que vem, diz-se que vem e quando as pessoas já estão a espernear no chão é que o dinheiro aparece. Haja maior respeito pela pesca, porque o mais certo e eu tenho a certeza disto e Deus queira que eu esteja mesmo enganado, a pesca vai desaparecer nos Açores e vai ficar residual para apenas alguns, mas este não é um problema seu, este é um problema de dezenas de anos, já em 1995 deu-se a primeira cacetada, penso que foi em 1995, quando se abatia os barcos nos Açores e pagava-se aos espanhóis para ter a maior frota da Europa, isso já começava a acontecer, os pescadores também têm alguma culpa nisso e eu tenho-lhes dito, vocês, também nunca souberam dar um passo em frente, e, este passo em frente é, como diz o "marrafa ao lado": dinheiro na frente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Eu sinto-me impelido a fazer de "advogado do diabo", mas tenho de o fazer relativamente a um ponto que acredito que tem demasiada importância, e, por duas razões e eu passo a explicar, primeiro, porque, e, apesar de saber que a nossa tesouraria não é a melhor nestes últimos dias e que já tivemos melhor do que aquilo que estamos neste momento, mas não vejo com bons olhos, aliás e até sou contra, que a Sra. Ministra Maria da Graça Carvalho, vem cá dizer que é a República que quer pagar as necessidades da compensação aos pescadores, que quer fazer o estudo, tendo em conta à partida que nós andamos de costa voltadas relativamente à gestão do mar e sabendo que isto é um fruto envenenado, neste

caso é uma prenda envenenada, porque se a República quer fazer o próprio estudo, quer analisar, quer verificar se os nossos pescadores precisam ou não quer pagar, o pagador é quem manda e sabendo à partida que na gestão do mar, nós e quando digo nós é o Governo e este Parlamento, de costas voltadas com a República, devido àquilo que foi feito relativamente à gestão do mar, eu estou a ver a República com mais empoderamento do que tem neste momento, e, vai usar o fundo ambiental, aquele fundo ambiental que o PAN meteu aqui, e, o Sr. Secretário do Ambiente diz: "epá não é preciso que na República já existe, a gente não precisa de um fundo ambiental aqui", se tivéssemos aqui, aí era fazer uma transferência…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* É isso mesmo.

O Orador: … e a gestão tinha que ser feita pelo Governo, por isso, eu apelo ao Sr. Presidente do Governo que, não deixe que seja a República a fazer o estudo, que essa gestão seja feita pelo Governo Regional, que o pagamento seja feito pelo Governo Regional, se a República quer fazer o pagamento que faça, mas a transferência e depois a gestão e onde é que é alocado é do Governo não é da Sra. Ministra que vem aqui a dizer eu pago, eu estudo, eu clarifico, eu estou a ver aquilo que está escrito na comunicação social e por isso é bastante preocupante tendo em conta aquilo que nós almejamos daquilo que nós sonhamos, que a gestão do mar nos Açores seja feita pelos Açores. Obrigado.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Assim será, Sr. Deputado, E é!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo.

"Só fomos grandes quando olhamos o mar". Sr. Presidente do Governo, V. Exa. chegou tarde a este debate…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

O Orador: … eu diria mesmo que V. Exa. chegou tardíssimo a este debate. E no seu jeito palavroso, enrolando palavras, veio falar de olhar a floresta em vez de olhar a árvore, veio falar de coisas grandiosas em vez de olhar às coisas pequenas e vem falar, …

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Exatamente o contrário!

O Orador: … apesar de se dizer um autonomista, vem falar de um processo que reduz sobremaneira a nossa autonomia.

Veio falar, veja-se, veja-se, veio falar das gerações futuras, ó Sr. Presidente do Governo, os jovens já não confiam nesse Governo! Os jovens já estão a viver pior agora do que viviam há quatro anos e ainda vão viver pior, porque o Sr. prepara-se para lhes deixar um legado de dívida para eles pagarem.

E mais, Sr. Presidente, ainda lhe digo mais, deixar de fora os pescadores, como eu ainda aqui de manhã disse, que este processo está feito de trás para a frente, porque esse processo devia começar por salvaguardar aqueles que vão ter que deixar o exercício da pesca…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

O Orador: … para depois apresentar estas medidas, que sim, são importantes, sim, são importantes para o futuro, para os recursos, para todas essas parangonas que nós todos gostamos de usar e nas quais todos acreditamos, mas é preciso salvaguardar primeiro aqueles que vão fazer o esforço para que isso seja aplicado. Não é ao fim de um ano, de estarem todos a "ganir", de estarem todos já a viver na miséria, ainda mais pobres que aquilo que já são, que é a classe mais pobre dos Açores, que vão ter ainda que provar à Sra. Ministra do Ambiente quanto é que perderam, quando já não tiverem como dar de comer aos filhos.

Essa é que é a questão, Sr. Presidente, e, é essa árvore que o Sr. não olha, porque olha é floresta dos grandes salões, dos carros pretos e de outras coisas.

Secretária Regional da Educação, Assuntos Culturais e Desporto *(Sofia Ribeiro):* Ó Sr. Deputado!

O Orador: Essa árvore tem que ser olhada, essa árvore tem que ser respeitada, porque uma floresta não existe se não houver uma árvore, mais uma árvore, mais milhões de árvores e estamos a pôr em causa uma das árvores fundamentais da nossa sociedade e uma daquelas que mais sacrifícios tem feito para sobreviver na nossa sociedade, que já é fácil de sobreviver, como o Sr. bem sabe, e, para citar um antepassado meu: "nos Açores até os ricos são pobres, imagine como vivem os pobres".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, os fundadores desta autonomia hoje haviam de estar bem tristes de estar nessa Casa, porque o "velho do restelo", Sr. Presidente, o "velho do restelo" é V. Exa….

Deputado José Ávila *(PS):* É verdade!

O Orador: …, V. Exa. é que representa os "velhos do restelo" da autonomia dos Açores, o Sr. é que governa uma Região com base em endividamento, com base naquilo que foram prerrogativas do passado e olhando sempre um trabalho de antes de 1996.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este diploma é importante, mas é um diploma que começa ao contrário e como tal é uma certidão de óbito do setor das pescas…

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Essa é que é essa!

O Orador: …só falta encomendar a urna.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não apoiado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado João Mendonça *(PPM):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo.

Este debate reveste-se de especial importância, pois trata da proteção de um dos nossos maiores ativos: o mar dos Açores. Um elemento marcante da nossa história e cultura, e um pilar essencial da nossa economia. Um legado que tem de ser protegido para as gerações futuras.

O PPM tem sido um defensor incansável da proteção do ambiente e, nesse sentido, considera o Parque Marinho dos Açores uma peça central para garantir a sustentabilidade dos nossos recursos marinhos.

O Governo Regional compromete-se a proteger 30% das nossas águas até 2030, com 15% dessas áreas sob proteção total.

Temos consciência que atingir estas metas exige mais do que promessas — exige ação imediata, planeamento rigoroso e um esforço contínuo. Se não começarmos agora, arriscamo-nos a ficar para trás e a perder a oportunidade de sermos um exemplo a nível internacional na proteção marinha.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

O Orador: As medidas propostas pelo governo da coligação visam alargar as áreas de conservação e introduzir novas ferramentas de controlo e fiscalização.

A Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores tem desempenhado um papel central neste processo, promovendo a preservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos marinhos, sempre com base em dados científicos e lado a lado com as comunidades piscatórias.

Hoje, os pescadores açorianos têm finalmente um governo que não os esquece e que investe seriamente na sustentabilidade do setor. É esta a visão abrangente e responsável que nos diferencia.

O PPM reitera que o sucesso do Parque Marinho dos Açores e das políticas de conservação depende de uma colaboração entre o governo, os cientistas, as comunidades locais e os pescadores.

Este é o caminho para proteger os nossos recursos naturais sem comprometer o futuro das famílias açorianas que dependem do mar. Sem peixe não há pescadores. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos** *(PSD):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Todas as questões que aqui são colocadas e sobre as quais nos debruçam, já foram colocadas noutros fóruns, já houve respostas para elas, ainda assim, há aqui basicamente três questões, sobre as quais eu gostava de trazer, para conhecimento dos que nos ouvem mais do que para os Deputados que fazem parte desta Casa, que esses também já tiveram acesso a toda esta informação, mas de forma regular tem sido frisada a questão da participação maior ou menor da ciência, e, eu muito sinteticamente, gostaria de perguntar a quem nos ouve se entendem que isto não se traduz num acompanhamento contínuo da ciência, desde as expedições realizadas em 2016 onde participaram os cientistas dos Açores, organizado pela Fundação Oceano Azul e com o Governo Regional e a Fundação Light, portanto, onde fizeram uma avaliação dos ecossistemas.

A Oradora: Em 2018 é dado conta de novas expedições com o apoio científico da Universidade dos Açores, do Instituto Hidrográfico.

No ano de 2019 é divulgado o Blue Paper que é no fundo o documento da qual parte todo este processo, que identifica as áreas prioritárias para a conservação dos ecossistemas.

Durante este período de tempo ocorreram fóruns, sessões, tertúlias sobre esta matéria.

Entre 2019 e 2023 há um acompanhamento do Comitê Técnico-Científico que realizou nove reuniões, participaram trinta cientistas.

É verdade que pode não ter participado o cientista A ou B ou C, mas participaram trinta cientistas, doze instituições regionais, nacionais, internacionais.

No ano de 2023 têm vindo a ser desenvolvidos vários estudos de apoio à decisão nas áreas das pescas, e, portanto, temos tido conhecimento de toda esta informação traduz-se num acompanhamento científico, e, não é informação nova, é informação que todos tivemos acesso.

Depois a referência ao contributo ou não, ao acolhimento ou não, do setor das pescas. O setor das pescas ao longo deste processo e os representantes do setor das pescas também não negaram, participaram de facto em muitas reuniões. Foi-me dado conta que participaram em vinte e sete reuniões, nunca discordaram que dois terços das propostas da Rede de Áreas Marinhas eram propostas do setor, efetivamente não foi a totalidade, são dois terços, mas resultaram das propostas. Há efetivamente até casos práticos que nos foram dados a conhecer e os Srs. Deputados conhecem que é o caso A Mar da Prata do Norte e do Açor em que estavam previstas nas Áreas Marinhas e que, apesar da ciência a ter recomendado…

Deputados José Ávila e **Mário Tomé** *(PS):* Mas que entraves?!

A Oradora: … dada a questão dos ecossistemas vulneráveis, atendendo aqueles que foram os contributos da pesca e os argumentos que alegaram do ponto de vista do impacto socioeconómico, foram inclusive excluídas estas áreas.

Por último, a constante pergunta de que primeiro era a restruturação, …

Deputados José Ávila e **Mário Tomé** *(PS):* Mas ela nunca aparece!

A Oradora: … primeiro é as áreas marinhas, era o contrário. A restruturação do setor das pescas é urgente, nunca foi negada, aliás o Sr. Presidente da Federação de Pescas diz que esperava por ela há quinze anos.

Deputado Mário Tomé *(PS):* A senhora não sabe o que é que está a dizer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: O Sr. Presidente da Federação das Pescas disse isto na sua audição, há quinze anos que fazia falta este plano e, portanto, temos duas vertentes, se por um lado fazem falta efetivamente reformas estruturantes que têm de ser feitas independentemente da revisão da "RAMPA" existir ou não, que tem a ver com a modernização da frota, com a descarbonização, com a digitalização, com a formação, para a qual, por exemplo, a Escola do Mar…

Deputado Mário Tomé *(PS):* A cobrar aos formandos!

A Oradora: … tem vindo e muito a contribuir, mas também nos últimos anos, apenas nos últimos anos, porque antes também não teve condição para isso, por outro lado há de facto um conjunto de restruturações que resultam da "RAMPA" e, portanto, ambas têm de ocorrer, têm de ser articuladas e estas referências de que a reestruturação do setor das pescas deveria vir antes da definição da Rede de Áreas Marinhas só nos leva a querer que é uma manobra para atrasar este processo…

Deputado Mário Tomé *(PS):* Não é manobra nenhuma, nós é que iniciamos o processo! A senhora não sabe o que é que está a dizer!

A Oradora: … porque efetivamente ele está a acontecer, e, da nossa parte, claro e não devia negá-lo agora. Obrigada

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** *(Mário Pinho):* Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu tenho muito pouco tempo de maneira que quero ser extremamente rápido.

Eu gostava de dizer à Sra. Deputada Andreia, que não há cientistas bons nem cientistas maus.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quem disse foi o Senhor Presidente!

O Orador: Não há cientistas da pesca e cientistas do mar, há cientistas das áreas das ciências e tecnologias do mar e todos eles são cientistas interessados.

Quero lembrar que o primeiro peticionário de uma das petições é um Professor da Universidade dos Açores…

Deputado Mário Tomé *(PS):* E o outro é pescador!

O Orador: … O Professor José Neto e que tem trabalhado nos últimos anos com as atividades marítimo turísticas em São Miguel e tem dado um contributo muito relevante para o conhecimento do ecossistema dos Açores. É que dá ideia que não é um cientista e que não tem opinião formada e especializada na área.

Por último dizer o seguinte, estes processos de construção de Áreas Marinhas Protegidas são sempre processos conflituosos, como é óbvio, porque se nós não tivéssemos divergências e tivéssemos consenso, nós não tínhamos um processo participativo, porque não precisávamos de resolver problema nenhum.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Ah, não é pela estabilidade!

O Orador: O problema é que temos competição pelo mesmo espaço por diferentes atividades económicas, e, portanto, é preciso resolver esse problema. Quem definiu? É preciso dizer, Sr. Deputado Mário Tomé, que quem definiu…

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* E muito bem definido!

O Orador: … o programa Blue Azores não foi este Governo, …

Deputado Mário Tomé *(PS):* Mas o processo foi revertido!

O Orador: …quem definiu, ouça, o Sr. agora ouça, quem definiu, Sr. Deputado Vasco Cordeiro…

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Diga, diga!

O Orador: … quem definiu o princípio base da metodologia do projeto do Blue Azores não foi este Governo, nós apenas executamos. Portanto, para mim é muito natural que ele seja um processo divergente, quando estamos diferentes atividades económicas a convergir, a competir para o mesmo espaço é natural que haja conflito, o problema é como é que nós resolvemos essa gestão de conflito!?

Por último, gostava de dizer o seguinte, o programa prevê um calendário e nós o que estamos a fazer hoje aqui é apenas designar a área, não estamos a implementar o programa, estamos a designar a área.

Quero só lembrar que dentro de três anos este DLR tem que vir à Assembleia Legislativa Regional. Portanto, há aqui um período, que se alguma coisa correr mal, a Assembleia tem ela própria, oportunidade de poder fazer a avaliação do trabalho que foi feito até lá. Porquê? Porque nós temos que incorporar o processo costeiro que, entretanto, temos que desenvolvê-lo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, o processo foi iniciado em 2019 com o Governo presidido pelo colega Vasco Cordeiro, na altura Presidente do Governo, e, foi muito bem delineado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* E o que dizia a Federação das Pescas?!

O Orador: O problema é que os Srs. alteraram o modelo, …

Secretário Regional do Mar e Pescas *(Mário Rui Pinho):* Isso é falso. Isso é politizar a ciência! Não vou admitir isso!

O Orador: … os Srs. alteraram, pronto quando eu puder… os Srs. alteraram o modelo, até porque, o que é que estava previsto?...

Sr. Secretário, a meta seria atingir 15 % até 2030, 15 % de proteção total do nosso mar até 2030 em três áreas: costeiras, pelágicas e oceânicas e obrigava a República e a Madeira, que é para isso que a República serve, para deixar de ter lá os arrastões, porque o Sr. referiu aqui interesses económicos, o mais importante para nós é a sustentabilidade disto, a sustentabilidade da pesca e a sustentabilidade do ecossistema, não são os interesses económicos de uma forma direta que estão aqui ligados, as nossas metas estavam definidas, obrigava a participação da Região Autónoma da Madeira nos 30 % nacional e da República e os Srs. alteraram o processo, porque, como disse há bocado, quiseram estar no pelotão da linha da frente, daqueles, os franceses e espanhóis, que nada contribuem para a sustentabilidade ao contrário dos pescadores açorianos que consideramos, e, por isso, apresentamos um conjunto de alterações a este diploma, que não estão a ser considerados. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então iniciar as votações deste diploma.

Vamos votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do PAN e contra 5 votos do CHEGA e 1 da IL e abstenção 22 votos do PS.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade, pergunto se há inscrições? Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco *(CH)*: Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicito um intervalo de 15 minutos, se faz favor.

Presidente: De 15 minutos é regimental, regressamos às 16h20.

Eram 16 horas e 05 minutos.

Eram 16 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então iniciar o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Está à votação o art.º 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 1.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 votos a favor do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 1 da IL.

Presidente: A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental regressamos às 16h43.

Intervalo às 16h27

Os trabalhos recomeçaram às 16h44.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos recomeçar. Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação, creio eu.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Interpelação para solicitar um intervalo de 30 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: Regressamos às 17h15.

Intervalo às 16h46

Os trabalhos recomeçaram às 17h16.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já estamos em condições de continuar as votações na especialidade.

Sras. e Srs. Deputados, o art.º 2.º deste diploma tem vários artigos que alteram o Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A. Pergunto à Câmara se posso colocar à votação o art.º 2.º do diploma em conjunto?

Está à votação o art.º 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 2.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Avançamos para o art.º 3.º que adita uma série de artigos ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011, de 11 de novembro e aqui como existem algumas alterações pergunto à Câmara se posso colocar à votação as propostas do Bloco de Esquerda em conjunto para o art.º 3.º?

Estão à votação as propostas de alteração efetuadas pelo Bloco de Esquerda ao art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas do BE ao art.º 3.º foram rejeitadas com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS e 1 do PPM, a favor 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto as propostas de alteração efetuadas pelo Partido Socialista ao art.º 3.º

Os quatro primeiro artigos de aditamentos incluídos no art.º 3.º, não têm propostas de alteração o 1.º, o 2.º, o 3.º, o 4.º e o 5.º, podemos colocar esses quatro em conjunto? Estão à votação esses cinco artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada à alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º do art.º 3.º do diploma, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN e 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o art.º 6.º do diploma… Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*): Era uma interpelação, só para questionar à Mesa se poderá colocar à votação o art.º 6.º do Governo. Obrigada.

Presidente: Nós rejeitamos uma proposta de alteração a este art.º apresentada pelo Partido Socialista, agora vamos votar a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar

Secretária: A alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º foi rejeitada com 22 votos contra do PS, 5 do CHEGA, 1 da IL a favor 22 votos do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o restante art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Srs. Deputados podem-se sentar, fazem favor. Podemos continuar ou há alguma…?

(Vários apartes inaudíveis na sala)

Presidente: A alínea foi rejeitada, não sei propriamente que implicações é que isso tem… Mas esse não é um objetivo…, calma Sr. Secretário, calma. Esse não é um objetivo essencial do diploma?

Não, não vamos continuar os trabalhos assim, alguém quer pedir a palavra? Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares? Não tem tempo, faz uma interpelação, faça favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é para uma interpelação no sentido de se repetir a alínea a) do art.º 6.º.

Presidente: Porque há uma proposta do PS que foi rejeitada.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estevão):* Evidentemente se estiverem de acordo…

Presidente: Sr. Secretário eu agradeço. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração para garantir que no máximo o alargamento vai até aos 30 %, se não for aprovada esta proposta, e, se for chumbada a alínea do artigo original, fica sem percentagem, portanto, a proposta do Partido Socialista garante que no máximo vai até 30 % que é o

compromisso que foi assumido, até 30 %. É bom que tenham plena consciência do que é que está em causa Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* É bom que vocês tenham a plena consciência que tiraram o travão.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sr. Presidente era uma interpelação no sentido de pedirmos a repetição da votação da proposta de alteração do Partido Socialista para a alínea a).

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Eu peço aos Srs. que se sentem, peço desculpa, Sr. Secretário Regional para uma interpelação.

(Vários apartes inaudíveis na sala)

Presidente: Eu já pedi aos Srs. para se sentarem, já aconteceu isso muitas vezes nesta Casa.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** *(Mário Pinho):* Sr. Presidente o pressuposto de ter no máximo 30 % significa que estamos a admitir que pode ser menos, e, isso não é realista.

(Vários apartes inaudíveis na sala)

Presidente: Sr. Deputado João Mendonça.

(*) **Deputado João Mendonça** *(PPM):* Sr. Presidente, era para pedir um intervalo de 15 minutos.

Presidente: Regressamos às 17h50.

Intervalo às 17h34.

Os trabalhos recomeçaram às 17h52.

(Aparte inaudível)

Presidente: A votação, não fizemos votação nenhuma minha Sra. A votação é a primeira que está feita, a segunda não foi concluída, Sr. Deputado. Os Srs. tenham calma, porque os Srs. tiveram horas a negociar, sabem que este diploma está na agenda há mais de dez dias.

(Aparte inaudível)

Presidente: Não sei para quem é, para mim é que não é!

Sras. e Srs. Deputados vamos continuar. Sras. e Srs. Deputados pelo que percebi não há repetição da votação, a alínea a) a proposta de alteração do Partido Socialista foi rejeitada e a alínea a) do diploma ao n.º 1 do art.º 6.º também foi rejeitada.

já votámos o restante artigo está aprovado sem a alínea a), as restantes alíneas serão renumeradas em redação final e, portanto, avançamos.

Não foi feito o anúncio do art.º 6.º, mas nós não chegamos a repeti-la, ela não concluiu.

Portanto, art.º 6.º.

Agora os próximos artigos de aditamentos, são os artigos 13.º, 14.º, 15.º e 16.º, podemos votá-los os quatro em conjunto?

Portanto o 13.º, o 14.º, o 15.º e o 16.º estão à votação os quatro artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL e com 5 votos contra do CHEGA e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Entramos no 17.º, há uma proposta de aditamento do n.º 2 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 17.º - propostas de aditamento foram rejeitadas, com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN a favor 22 do PS e 1 da IL e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação o art.º… Sra. Deputada Joana Pombo tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares** *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria só esclarecer que a 17.ª o que permitia era a pesca de salto e vara nas reservas naturais e que o 18.º esclarecer o que vai a votação o que permite é que na proteção alta, ou seja, nas Áreas Protegidas da gestão de habitats ou espécies, permita a pesca de salto e vara, caso contrário não permite.

Realçamos que a pesca de salto e vara é a pesca mais sustentável com dados científicos e justificamos que isto o que permite é que nas Áreas de gestão de

habitats ou espécies permita sem condicionantes a pesca de salto e vara. Obrigada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Rejeitamos a proposta de aditamento.

Está à votação o n.º 1 do art.º 17.º do art.º 3.º dos aditamentos do diploma que estamos a efetuar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 17.º n.º 1 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e contra 22 votos do PS e 5 do CHEGA.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do art.º 17.º do art.º 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 17.º n.º 2 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 1 da IL e 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Vamos avançar para o art.º 18.º, há uma proposta de aditamento do n.º 1 apresentada pelo Partido Socialista, é essa que eu coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Vamos repetir a votação da proposta de aditamento do n.º 2 apresentada ao art.º 18.º, apresentado pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º enumerado foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN a favor com 22 votos do PS, 1 do BE e 1 da IL.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos votar o n.º 1 do art.º 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 18.º n.º 1 foi rejeitado com 22 votos contra do PS, 5 do CHEGA e 1 da IL a favor 22 votos do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN abstenção 1 do BE.

Presidente: Foi rejeitado o n.º 1 do art.º 18.º.

Vamos votar o n.º 2 do art.º 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 do art.º 18.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, entre o art.º 19.º e 30.º não há propostas de alteração posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º 26.º, 27.º, 28.º, 29.º e o 30.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Ao art.º 31.º existem quatro propostas de alteração do Partido Socialista, pergunto se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao art.º 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao art.º 31.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos o art.º 31.º com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O art.º 31.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do próximo art.º até ao 75.º não há propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º e 75.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação o art.º 76.º, a proposta de eliminação apresentada pelo partido…

Para que fique claro o anúncio dos artigos que votámos, e, não referi também o 68.º e o 69.º que consideramos aprovados nesse conjunto.

Votamos agora a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 76.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação do Partido Socialista foi rejeitada com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN e a favor 23 votos do PS, 1 da IL e 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Querem esta alínea em separado é isso? Está à votação a alínea 7) da alínea a) do n.º 1 do art.º 76.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A alínea enumerada foi rejeitada com 22 votos do PS, 5 do CHEGA, 1 da IL e 1 do PAN a favor 22 votos do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar o art.º 76.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 76.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 1 da IL.

Presidente: Apenas para confirmar a IL votou contra? Muito bem.

Então vamos avançar para o art.º 77.º é uma proposta de alteração à alínea i) da alínea a) do n.º 1 do art.º 77.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração do PS foi rejeitada com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN a favor 22 votos do PS, 1 do BE e 1 da IL.

Presidente: Vamos votar o art.º 77.º, vamos votar em separado a alínea i) da alínea a) do n.º 1 do art.º 77.º, está à votação esta alínea.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A alínea enunciada foi rejeitada com 22 votos contra do PS, 5 do CHEGA, 1 da IL, votaram a favor o PSD com 22 votos, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar o art.º 77.º com esta alteração ou com esta eliminação desta alínea.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 77.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 1 do BE.

Presidente: Os três próximos artigos 78.º, 79.º e 80.º não têm propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação esses três artigos 78.º, 79.º e 80.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 78.º, 79.º e 80.º foram aprovados com 22 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Estão à votação as propostas, uma de eliminação e outra de aditamento, apresentadas pelo Partido Socialista ao art.º 81.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de aditamento e eliminação ao art.º 81.º foram rejeitadas com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, votaram a favor PS 22 votos, o BE 1 e a IL 1 voto.

Presidente: Está à votação a subalínea 2 da alínea a) do art.º 81.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As alíneas enumeradas do art.º 81.º foram rejeitadas com 22 votos contra do PS, 5 do CHEGA, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN, votaram a favor 22 votos do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos votar o art.º 81.º do diploma. É para repetir? Pronto vamos repetir.

Está à votação a subalínea 2 da alínea a) do art.º 81.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A subalínea 2 da alínea a) do art.º 81.º foi rejeitada com 22 votos contra do PS, 5 do CHEGA, 1 do BE e 1 da IL, votaram a favor 22 votos do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o art.º 81.º com esta subalínea que eliminámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar

Secretária: O art.º 81.º foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação o art.º 82.º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar

Secretária: O art.º 82.º foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 votos do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 5 do art.º 83.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 5 do art.º 83.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o art.º 83.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O art.º 83.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação os artigos 84.º, 85.º, 86.º e 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, podemos votar os artigos enunciados todos em bloco?

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do n.º 2 apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao art.º 97.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento ao n.º 2 do art.º 97.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN e a favor votaram 22 votos do PS, 1 do BE e 1 da IL.

Presidente: Querem um número em separado? Não!? Podemos votar então o art.º 97.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão?

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 97.º foi rejeitado com 22 votos contra do PS, 5 do CHEGA, 1 da IL, votaram a favor 22 votos do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Os artigos art.º 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 111.º, 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º e 117.º não têm propostas de alteração, posso colocá-los à votação em conjunto?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 22 votos de abstenção do PS e 1 da IL.

Presidente: Encerramos assim o art.º 3.º do diploma.

Está à votação o art.º 4.º do diploma.

As Sras. os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar

Secretária: O art.º 4.º foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 votos do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do art.º 4.ºA, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar

Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco** *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem várias alíneas o art.º 4.ºA, tem vários pontos, nós queríamos separar o primeiro, o n.º 1.

Presidente: Então vamos repetir.

Está à votação o n.º 1 ao aditamento do art.º 4.ºA, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar

Secretária: A proposta de aditamento n.º 1 do art.º 4.ºA, foi aprovada com 22 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 5 do CHEGA e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Estão à votação os restantes números deste aditamento do art.º 4.ºA.

A Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os restantes números foram aprovados com 22 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e com 5 votos contra do CHEGA e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o art.º 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam favor se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 5.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL e com 5 votos contra do CHEGA e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao art.º 6.º foram rejeitadas com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, a favor 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o art.º 6.º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 6.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar o art.º 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O art.º 7.º foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao art.º 8.º foram rejeitadas com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 do PPM a favor 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o art.º 8.º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 8.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 1 abstenção do BE.

Presidente: Os três últimos artigos do diploma não têm propostas de alteração, podem ser colocados à votação em conjunto?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 22 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva *(PS):* Sr. Presidente, nós solicitamos um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Quinze minutos antes da votação final global!? É regimental regressamos às 18h49.

Intervalo às 18h34.

Os trabalhos recomeçaram às 18h52

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos recomeçar, As Sras. e Srs. Deputados fomos alertados para o seguinte, em relação ao art.º 3.º dos aditamentos e ao

famoso art.º 6.º, foi votada a proposta efetuada pelo Partido Socialista anunciada, foi votada a alínea a) do n.º 1 e foi rejeitada, foi votado o art.º 6.º nos seus restantes artigos e alíneas do n.º 1, não foi anunciada a votação e isso vai ser feito agora para ficar registado e gravado, porque efetivamente não está gravado, faça favor, Sra. Secretária.

Secretária: O art.º 6.º e as alíneas b), c) d) e) do n.º 1 e o n.º 2 e o n.º 3 foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA e 1 abstenção do BE.

Presidente: Para uma interpelação Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, não era para fazer interpelação era para tentar esclarecer isso de outra forma, mas queria um esclarecimento relativamente ao n.º 2 do art.º 17.º e do art.º 18.º, queria confirmar se foram aprovados ou rejeitados, do art.º 3.º não é… porque tenho dúvidas se foram aprovados ou não.

Presidente: 17.º e 18.º. Bom a proposta de aditamento do n.º 2 do art.º 17.º apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitado, do n.º 1 foi aprovado com os votos contra do PS e do CHEGA.

O 18.º tem uma proposta, creio eu, do Partido Socialista, foi rejeitada e depois o n.º 1 do art.º 18.º foi rejeitado, o Sr. Deputado votou de abstenção.

Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente uma interpelação, pronto confirmando-se que foi rejeitado o n.º 1 do art.º 18.º, tenho que solicitar um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: Portanto regressamos às 19h10.

Intervalo às 18h55.

Os trabalhos recomeçaram às 19h09.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação, tem a palavra, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Pelos registos que tenho, e, também confirmando com o Sr. Presidente, verificamos que foi rejeitada a alínea a) do n.º 1 do art.º 76 do art.º 3.º do diploma, ora, e, eu vou ler para sabermos o que é que estamos aqui a falar, a alínea a) do art.º 76.º do diploma, da página, é mais fácil realmente, porque este diploma é um caos, 93, tenho a informação, que se me permitirem terminar, tenho informação e procurei confirmar com o Sr. Presidente, de que nós teríamos votado a alínea a) em separado e que esta tinha sido rejeitada, é esse o registo que a Mesa terá, assim sendo eu solicito que seja votado novamente, porque de outro modo o que nós estamos a fazer é permitir que todas as artes de pesca possam ser exercidas nas zonas de reserva natural marinha, julgo eu que não será isto que se quer, por isso para segurança das nossas votações, a não ser que seja isso que se quer, é legítimo e assim fica assim mesmo, mas não sendo isso que se pretende, julgo eu que é prudente votar-se novamente este art.º

Presidente: Bom, o que nós votamos, relativamente ao art.º 76.º, nós votamos a proposta de eliminação do Partido Socialista que foi rejeitado, o registo que aqui está, depois votámos a alínea a), a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares está-me a dizer que a gente votou a subalínea 1), então seria a subalínea 7) da alínea a) e não a alínea a) toda, mas havendo dúvidas é melhor repetirmos esta votação.

Portanto, relativamente à proposta de eliminação do Partido Socialista não há dúvidas? Está votada e está rejeitada.

Então nós vamos por à votação a subalínea 7) da alínea a) do n.º 1 do art.º 76.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A subalínea 7) da alínea a) do art.º 76.º foi rejeitada com 22 votos contra do PS, 5 do CHEGA, 1 da IL, 1 abstenção do BE e com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN.

Presidente: Essa alínea foi eliminada, e, agora vamos votar o art.º 76.º no seu conjunto, o restante.

Agora votamos o art.º 76.º sem esta alínea que já foi eliminada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 76.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra do CHEGA.

Presidente: Muito bem vamos para a votação final global, estamos em condições? Estamos todos?

Votação final global da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A votação final global foi aprovada com 22 votos do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e contra 5 do CHEGA, 1 da IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Inicialmente quando chegamos na intervenção desta iniciativa eu estaria totalmente a favor e até achava que poderíamos ir mais além, após as propostas de alteração tenho sérias dúvidas jurídicas relativamente às proibições, às exceções e até às aprovações, e, alteramos de fundo este diploma, apenas não votei contra porque tenho sérias dúvidas sobre as proibições, e, devido a isso eu também não poderia nunca votar a favor, eu sou totalmente a favor a que haja uma proteção marítima de 30 % exatamente como sempre foi falado, e, neste momento temos grandes dúvidas daquilo que foi aprovado e é preciso uma análise séria, profunda, para verificar o que se passou aqui porque tem várias ramificações de artigos que foram revogados e outros que foram alterados e só devido a isso é que eu não votei a favor. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Lima para uma declaração de voto.

(*) Deputado Francisco Lima *(CH):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relativamente a esta votação desde o início que nós nos opusemos, portanto, a esta alteração, este Decreto, mas, no entanto, nós até desejamos que as nossas reivindicações e as nossas objeções estejam erradas e que até corra tudo muito bem, e, se correr muito bem será a favor da pesca, embora nós achámos que isto foi uma precipitação e que não devia ter sido aprovado e não foi isso que aconteceu.

Vamos respeitar a democracia e vamos esperar que os nossos pescadores realmente tenham sorte com essa aprovação e que a boa vontade que foi aqui demonstrada até da parte do Governo se concretize e que haja apoios e que a gente daqui a uns anos até tenha peixe e acima de tudo tenhamos pescadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda votou a favor esta proposta de Decreto Legislativo Regional, esteve perto do voto contra, na verdade, tal foi a verdadeira confusão que se armou com a votação deste diploma.

E não posso deixar de o dizer porque parece-nos que não é a forma mais responsável de votar um diploma, votando contra e a favor das mesmas coisas, e, de facto foi isso que aconteceu e levou a que este diploma infelizmente possa até ter problemas jurídicos complicados, mas isso a seu tempo lá vamos.

No entanto quisemos dar um sinal de que o objetivo da criação das Áreas Marinhas Protegidas é fundamental, as melhorias que foram introduzidas no diploma muitas delas são importantes e que a conservação dos oceanos, a compatibilização das diferentes atividades, a sustentabilidade da economia ligada ao mar, mas também, e, acima de tudo, a conservação da biodiversidade são efetivamente fundamentais para o futuro dos Açores. E pese embora, também, não podemos deixar de assinalar a falta total de abertura para qualquer proposta do Bloco de Esquerda, por isso quando se ouvir que o Bloco de Esquerda não tem abertura, é contra tudo é contra todos, …

Deputado Francisco Lima *(CH):* E é verdade!

O Orador: … é bom que comecem a olhar para si antes de o dizerem, porque para proteger o oceano com propostas sérias cá estamos, mas também é preciso dizer que esta proposta quase se tornou um verdadeiro "Frankenstein" por responsabilidade de alguns.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, Sr. Deputado João Bruto da Costa faça favor para uma declaração de voto.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nós, com satisfação, chegamos ao fim do debate deste diploma, pela sua importância que tem para os Açores, para o seu futuro e para o nosso mar em termos de sustentabilidade, de recursos e de garantia de que teremos neste projeto um futuro que enaltece a posição dos Açores e que o tornam numa charneira relativamente à proteção dos oceanos.

O Governo, tal como se comprometeu, quer a nível nacional, quer a nível internacional, em diversos fóruns, trouxe a este Parlamento uma proposta de ampla proteção do mar dos Açores, salvaguardando naturalmente, aquele que é o nosso futuro de sustentabilidade.

Estamos convencidos, estamos plenamente convencidos, que as eventuais lacunas que surgiram pela votação truncada de algumas normas, serão possíveis de corrigir e que resultarão certamente de um trabalho de Governo na sua correção através dos planos de gestão, é isso que estamos certos que poderá ocorrer, para de facto termos um diploma que nos faz cumprir as nossas obrigações, mas sobretudo que faz de nós uma Região exemplo e modelo no que diz respeito à proteção do mar, à sua sustentabilidade e ao nosso futuro. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares *(Paulo Estêvão):* Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende a necessidade de ampliar o Parque Marinho dos Açores para os 30 % e por isso deu o seu voto favorável a esta iniciativa do Governo.

Preparámos propostas de alteração para proteger globalmente a pesca e também a pesca dirigida aos atuns e assim defender um sector importante, nomeadamente o setor industrial, não o fazer seria crítico para muitos profissionais da pesca e

para algumas empresas localizadas nos Açores, dessas propostas de alteração algumas foram aprovadas nesta Casa, como é o exemplo da permissão da pesca de salto e vara nas reservas, sem esta medida o setor iria passar sérias dificuldades.

Também uma das outras alterações é a elaboração de um plano de gestão em participação com o setor e com a comunidade científica, que, oxalá seja mesmo assim.

Um plano de reestruturação da frota que inclua medidas como, a formação profissional, reorientação de ativos e a cessação de atividade da pesca.

Estas medidas foram as possíveis, foi as que conseguimos fazer aprovar nesta Casa, e, no nosso entendimento melhoram este documento de forma substancial. Esta não seria a nossa proposta, mas temos de respeitar a democracia e foi nosso objetivo, diria, a nossa obrigação, proteger o melhor possível os homens e as mulheres que fazem do mar o seu ganha pão.

Durante o debate percebeu-se que há uma diferença entre a nossa posição e a posição da coligação, nós não teríamos decidido sobre esta matéria sem ouvir o sector e os cientistas que produzem ciência e conhecimento nos Açores, quanto a nós esta posição da coligação é o que mancha este diploma que deveria ter surgido aqui acompanhado de um plano de restruturação e devidamente consensualizado com o setor.

Foi dito…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, não sei se posso interpelar a Mesa para reabrirmos o debate.

O Orador: … foi dito que esta iniciativa é ambiciosa, nós não podíamos admitir que enquanto aumentasse a ambição deste Governo aumentassem também as dificuldades dos pescadores, isso nunca iria acontecer connosco. Muito obrigado

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CDS escolheu estar do lado certo da história e aprovamos a iniciativa do Governo Regional para estabelecer a Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores.

A biodiversidade do mar é uma das maiores riquezas dos Açores que importa preservar o mais urgentemente possível.

Ao definirmos um aumento das nossas Áreas Marinhas Protegidas estamos a salvaguardar o nosso presente e sobretudo o futuro dos nossos filhos.

Nos Açores somos pioneiros na proteção do nosso mar, como exemplo, a proteção já realizada desde 2014 ao largo da ilha de Santa Maria com resultados que 10 anos depois já se podem verificar e se traduzem em importantes melhorias nos ecossistemas e recuperação da biodiversidade reconhecidas por todos os setores que usam o mar para a sua atividade.

Importa ter presente que este processo de revisão do Parque Marinho dos Açores começou em 2019 pela mão do Governo Socialista da altura e foi posteriormente conduzido pelo Governo da coligação PSD, CDS e PPM, sendo esta uma revisão estratégica em prol do superior interesse da Região.

Reconhecemos que este é o resultado de um processo altamente participado, que permitiu auscultar todos os intervenientes no setor do mar e recolher os seus contributos, 6 anos e mais de 40 reuniões depois, é chegado o momento deste Parlamento ter tomado uma decisão, tivemos de decidir se estávamos do lado do futuro, ou seja, da preservação da biodiversidade, ou se estamos do lado do

passado abdicando do nosso poder de decisão assim permitindo que venham outros decidir por nós e impor-nos os seus interesses.

Portugal está inserido na União Europeia, o que vincula a Região às políticas e metas comunitárias. No presente é uma decisão europeia a de preservar 30 % dos oceanos, portanto, tínhamos duas hipóteses, ou somos nós nos Açores a ter em mão a nossa decisão de definir exatamente o que é que queremos preservar, ou não prevemos nada e sujeitamo-nos a que a União Europeia a régua e esquadro tivesse decidido por nós as áreas que haveriam de ser preservadas.

Vivemos uma oportunidade única de sermos líderes nacionais e europeus. É certo que há interesses em conflito e que é difícil contentar todos, como se verifica pelo teor de duas petições sobre as Áreas Marinhas Protegidas que estiveram em debate nesta manhã.

Sobre as duas petições há que reconhecer o mérito de terem feito com que este Parlamento tivesse ouvido muitas pessoas, desde o setor das pescas, as associações representativas dos diversos setores e os representantes da ciência, permitindo reunir um conjunto muito alargado de informação que nos habilitou a tomar uma decisão consciente e informada.

Sob o impacto da Rede de Áreas Marinhas Protegidas no setor da pesca acreditamos que a médio e longo prazo terá um efeito positivo na disponibilidade de pescado devido ao aumento da biodiversidade, pelo mesmo motivo também se antecipam ganhos para as atividades marítimo-turísticas.

Importa, aliás, reconhecer que a nível global cada vez mais a economia depende do oceano, seja pela extração direta de rendimento, seja por via indireta, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias.

Para finalizar recordo que desde 2011 que o Grupo Parlamentar do CDS está ao lado da proteção do mar dos Açores, tal foi demonstrado através do voto favorável à proposta que culminou na publicação do Decreto Legislativo Regional 28/2011/A de 11 de novembro que estrutura o Parque Marinho dos

Açores, posteriormente revisto em 2016 também com o nosso voto favorável. Hoje, mais uma vez, estamos do lado do futuro e da liderança ambiental pelo exemplo. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais declarações de voto? Não havendo vamos avançar na nossa agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII – "Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores"**, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação para apresentação do diploma.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação *(António Ventura):* Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Nos Açores a Rede Regional de Abate é constituída por oito matadouros e uma sala de matança, contém 364 trabalhadores e é responsabilidade da administração regional no que concerne à gestão, aos investimentos estruturais, ao abastecimento regional e expedição e nas certificações do bem-estar animal. E, portanto, nos Açores, os matadouros exercem um serviço público no abate de animais para o consumo humano, contrariamente àquilo que acontece no continente português.

Importa reconhecer que estes trabalhos nos matadouros é muito específico, apresenta riscos e tem um desgaste rápido.

Ora, nesse entendimento o Governo apresenta a esta Assembleia uma proposta de Decreto Legislativo Regional que cria um Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores, e, importa dizer que esta proposta é uma antiga pretensão dos trabalhadores dos matadouros manifestada e negociada com o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

A proposta apresenta 12 categorias, descreve o conteúdo funcional das categorias, prevê o subsídio de risco que está vertido no Decreto Legislativo Regional 24/2020 de 2 de outubro de 2020, prevê a forma da transição da carreira geral para a carreira especial e prevê a progressão na carreira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário. Está apresentada a proposta. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar devo saudar o Sr. Secretário Regional por ter sido breve na sua apresentação, coisa que não é costume, pelo menos alguém que cumpra as indicações de que é preciso sair cedo para o congresso do PSD.

Este diploma que o Governo nos trouxe aqui há uns tempos e que é de facto o culminar de um processo longo de reivindicação dos trabalhadores e que a Iniciativa Liberal por outro instrumento, na anterior legislatura, tentou resolver, mas que, o Governo então disse que era um assunto que tinha que ser resolvido com lei nacional, mas entretanto já encontrou uma solução com um Decreto Legislativo Regional, Decreto Legislativo Regional esse que, se bem se lembram, a Iniciativa Liberal já classificou de, uma coisa assim feita um bocadinho às três pancadas, eu ia dizer o termo, mas é melhor não dizer, em nome de elevar o debate.

E se dúvidas houvesse sobre a falta de qualidade do diploma que o Governo nos trouxe, essa dúvida fica esclarecida com a proposta de alteração que a coligação apresentou, que não é se não, a confirmação da incapacidade do seu Governo de fazer bem feito.

A nossa Representação Parlamentar apresentou, como sabem, já há bastante tempo, uma proposta de alteração deste diploma que entrou posteriormente uma substituição integral, que garante uma maior justiça aos trabalhadores, os trabalhadores principalmente aqueles com mais anos de serviço, garante que na categoria do Encarregado Geral e Encarregado Geral do Matadouro, esses trabalhadores não acabam a carreira em níveis remuneratórios idênticos aos Oficiais de Matança, por exemplo, uma proposta que também, no nosso entender, é mais justa, permite que os Técnicos Especialistas de Manutenção e Qualidade consigam progredir na carreira por mais alguns anos, que na proposta anterior do Governo estagnavam, e, prevê ainda a opção de escolha de permanência na Lei da Carreira Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas, essa opção de liberdade ao trabalhador entendemos nós, que deve ser garantida. Reforçamos ainda que o trabalhador ao permanecer na Carreira Geral, em Funções Públicas, não perde o direito ao subsídio de risco, conforme o DLR 24/2020/A, até porque este não é revogado pelo atual diploma, e, ainda eliminámos o sistema de prevenção 24 horas, nomeadamente naquilo que era, na proposta do Governo, a alínea m) do n.º 13 do seu art.º 4.º.

Ora, todas essas alterações vêm melhorar o diploma do Governo, vêm trazer uma maior justiça aos trabalhadores dos matadouros e em sede de Comissão, o Sr. Secretário Regional acusou a Iniciativa Liberal de despesista…

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural *(António Ventura):* Eu não disse isso.

O Orador: … dizendo que essa proposta iria custar 265 mil euros. Ora, a proposta, já é costume isso acontecer, a proposta que nos traz agora a coligação vai um pouco mais além disso, temo dizer-lhe Sr. Secretário, o Sr. vai ter que arranjar mais dinheiro porque afinal o despesista não é a Iniciativa Liberal, mas ao debate na especialidade pois lá chegaremos.

O que é certo é que, foi preciso de facto, e como eu disse aqui na altura, remediar aquilo que o Governo não fez bem feito. Muito obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos** *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em maio do ano passado os trabalhadores do Matadouro em São Miguel fizeram greve e pediam melhores condições de trabalho e pediam também uma melhor integração nas carreiras especiais que detinham até 2008.

Como sempre o CHEGA colocou-se ao lado das reivindicações daqueles trabalhadores, por considerar que eram mais do que justas.

Já aqui o dissemos e voltamos a repetir, qualquer projeto que dê entrada nesta Assembleia que vá e que seja a favor dos açorianos e que sirva para repor a justiça, seja ela qual for, social neste caso laboral, qualquer proposta que vá nesse sentido, irá sempre merecer o nosso apoio e irá sempre merecer a nossa maior atenção.

É o caso desta proposta que hoje estamos aqui a debater do Governo Regional, que, aprova o Regime Jurídico da Carreira Especial dos Trabalhadores em Funções Públicas da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores, que mais não é do que a resposta para resolver a situação daqueles trabalhadores que recordo são os únicos do País a trabalhar no setor público e, que, em 2009 foram integrados na carreira de Assistente Operacional ao contrário de integrarem as carreiras especiais dada a natureza da profissão.

Na ocasião o CHEGA reuniu com os trabalhadores, falou com eles e garantiu que estaria disponível para encontrar uma solução que fosse ao encontro das suas reivindicações e assim fez.

O regime como estava não era justo para mais de 300 trabalhadores dos matadouros dos Açores, com a aprovação desta iniciativa hoje repõe-se assim a justiça para estes mais de três centenas de trabalhadores. Obrigada.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sra. e Sr. Membro do Governo.

Eu sei que que o Sr. Secretário está com um bocadinho de pressa, sei que a hora já vai longa, mas nós quando falamos dos matadouros, ou neste caso dos trabalhadores dos matadouros, é um setor que nós temos mesmo que falar e nós temos mesmo que falar da produção de carne dos Açores.

A produção de carne nos Açores é mais uma prova daquilo que se produz nos Açores com toda a excelência daquilo que nos caracteriza, e, a verdade é que apesar dos desafios que assolam a nossa agricultura de uma forma geral e em particular este setor, foi possível ao longo dos anos traçar um caminho de progresso e desenvolvimento.

Foi esse o entendimento do Partido Socialista enquanto Governo e continua a ser hoje o mesmo entendimento do Partido Socialista neste caso enquanto oposição. Em 2020, por exemplo, a evolução que o setor da carne já tinha e a qualidade que o setor já tinha era notório, desde 2011 até 2020 os abates aumentaram mais de 36 %, investiu-se na Rede Regional de Abate mais de 50 milhões de euros, foi possível iniciar o Plano Estratégico da Valorização da Carne, construímos a CERCA.

Deputado Carlos Freitas *(PSD):* E os trabalhadores?

A Oradora: Portanto, quando se fala em progresso neste setor é forçosamente dizer que o trabalho que foi feito nos últimos anos pelo Partido Socialista foi muito e foi bem feito.

E é possível fazer muito mais e é isso que nós hoje também estamos a debater aqui, porque infelizmente nos últimos quatro anos a estagnação que se verificou a nível do investimento neste setor foi notória, e, isso é possível ver, por exemplo nas infraestruturas agrícolas, temos mesmo que falar nos caminhos agrícolas, por exemplo, que também é fundamental para elevar estes setores.

E também falamos dos atrasos que se verificam nos apoios desde 2021, mas é preciso continuar a projetar este setor.

Presidente: Sra. Deputada, os trabalhadores??

A Oradora: Já vamos lá chegar, …. É preciso continuar a projetar este setor.

Presidente: Nós não estamos a discutir a fileira da carne!! Nós estamos a discutir a valorização dos trabalhadores dos matadouros.

A Oradora: Exatamente, Sr. Presidente, já vou enquadrar aquilo que o Sr. Presidente me está pedindo.

Como eu estava a dizer é preciso continuar a projetar este setor e a Rede Regional de Abate… e pode-se inscrever, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Mas não é para dizer esse tipo de coisas.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos permitir que a Sra. Deputada Patrícia Miranda conclua a sua intervenção, faça favor.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente. Como eu estava a dizer é preciso continuar a projetar este setor e a Rede Regional de Abate, os seus trabalhadores desempenham um papel fundamental e central neste processo, dando resposta às necessidades do setor, quer pelo aumento do número de abates que se tem vindo

a verificar ao longo dos anos, quer pelas exigências das regulamentações em vigor, por isso é mais do que justo uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todos estes profissionais fundamentais para que esta estrutura se mantenha sólida, coesa e totalmente operacional, capaz de dar resposta àquelas que são as pretensões para este setor.

Deputado Carlos Freitas *(PS):* O partido socialista nunca reconheceu.

A Oradora: Estes trabalhadores têm vindo a apresentar reivindicações ao longo dos anos e relembro que em 2020 foi criado pelo Governo do Partido Socialista o subsídio de risco, um suplemento remuneratório devido ao exercício das funções mais exigentes, regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2020, criando condições mais dignas e justas de trabalho. Foi um passo importante, que marcou o início da resposta que o Partido Socialista entendia necessária para a valorização da carreira destes trabalhadores e expressa no protocolo de entendimento celebrado nesse ano entre o Governo do Partido Socialista e o Sindicato.

Em 2022, já com este Governo de coligação em funções, o Sindicato enviou à tutela um ofício com aquelas que eram as restantes reivindicações destes trabalhadores, porque como os Srs. Deputados sabem, não se resolve tudo de uma vez.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Os senhores não resolveram!

A Oradora: E esse Governo é a prova disso, porque senão já tinha resolvido muito mais coisas.

Sem resposta, em maio de 2023, os trabalhadores dos matadouros entraram em greve, registando-se uma forte adesão com grandes consequências e constrangimentos no setor.

Os trabalhadores exigiam a reintegração nas carreiras especiais que detinham até 2008, devido às condições de risco e por (impercetível) associadas ao seu trabalho.

Debatemos hoje então, a proposta do Governo que define o Regime Jurídico da Carreira Especial dos Trabalhadores dos Matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores, esta nova carreira, apesar de ter sido discutida com o Sindicato, gerou alguma controvérsia, como já foi aqui mencionado, entre alguns trabalhadores que alegam que a proposta do Governo gera discriminação entre as diferentes categorias de trabalhadores e pessoal com mais anos de casa no que diz respeito às tabelas salariais e à transição entre carreiras. O desagrado é igualmente partilhado pelos técnicos superiores que afirmam que a proposta do Governo não é vantajosa e até limita a percussão na carreira.

Já deu entrada nesta Assembleia algumas propostas de alteração, algumas pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, outras pelo Partido Socialista, outras pela coligação e também deram entrada propostas de alteração pelo Bloco de Esquerda.

O Partido Socialista entende que este é de facto um assunto que merece a concordância de todos porque vai ao encontro daquelas que são as pretensões para este setor.

Acompanharemos certamente a proposta do Governo, acompanharemos também as propostas de alteração aqui apresentadas pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

E, tenho algumas questões direcionadas à bancada da coligação para perceber de que forma é que também pode ou não melhorar este diploma, porque um outro problema que assolava esta proposta era de facto o regime de prevenção de 24 horas, todos nós entendemos a necessidade deste regime e a sua pertinência.

Relativamente às propostas de alteração da coligação, o art.º 7.ºA, eu gostava que me explicassem, dizem que é um suplemento remuneratório de prevenção e a disponibilidade qual é que é? É permanente? É só algumas horas? É fora do trabalho? Não é fora do trabalho? Eu aguardaria estas respostas.

Dão também esta prevenção apenas para duas alíneas a j) e a l), o Técnico Especialista de Manutenção e Técnico Especialista de Qualidade, e, a minha

pergunta é: e o Técnico de Manutenção podes estar de prevenção ou não? Pode estar apto a desempenhar este trabalho ou não? Outra questão que também coloco é: há outra emergência que muitas das vezes os matadouros têm que estar disponíveis para dar resposta que são os abates de urgência, quem é que o vai efetuar se for preciso algum abate de urgência? Eu fico a aguardar as respostas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra agora o Sr. Deputado João Mendonça. Para uma interpelação, eu peço que aguarde, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, queria pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental está concedido, regressamos amanhã às 10h00.

Eram 19 horas e 51 minutos

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista *(PS)*

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Partido pelos Animais e pela Natureza *(PAN)*

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata *(PSD)*

Délia Maria **Melo**

A Redatora, *Sónia Furtado*